

magistério

1

<http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Projetos/revistamagisterio>

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA DIRETORIA DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA DA SME PARA OS PROFESSORES DA REDE DE ENSINO DA CIDADE DE SÃO PAULO

aonde anda a aula?

Questionada, debatida,
maltratada e malquerida,
a aula ainda é instrumento
fundamental para a
construção do conhecimento

A propósito de Magistério. É bom sempre começar pela origem, no caso a etimológica. A palavra magistério quer dizer o lugar onde ficam os “mais”. Os mais sábios, mais graduados, mais importantes, em oposição a ministério, lugar dos secundários e subalternos. Isto, evidentemente, na sua origem greco-latina, porque, ao longo da nossa história, os papéis foram se invertendo: hoje, na nossa cultura, a percepção é a de que *ministros* têm maior importância que os *magistros*, ainda que, em civilizações singulares, como a japonesa, o professor é o único súdito que não necessita se curvar diante do Imperador.

Embora isso pareça um simples jogo de palavras, de prefixos ou de sufixos, queremos resgatar aqui o sentido da palavra e da função - MAGISTÉRIO.

O magistro – maestro - rege, dá o tom, faz a orquestra executar harmoniosamente uma música, registrada em uma partitura, que ele interpreta e incentiva que os músicos compreendam. Ele não é, em geral, o compositor da peça musical, mas consegue tirar de um emaranhado de pautas, notas, notações gráficas e acordes escritos, harmonia, beleza, emoção e vida. Ele não apenas lê as partituras, mas as interpreta. Daí a razão de seu nome “magis”. Comenius, o pai da didática moderna, já no século XVII, dizia em sua **Didática Magna**, que: “...*assim como qualquer organista executa qualquer sinfonia, olhando para a partitura, a qual talvez ele não fosse capaz de compor, nem de executar de cor só com a voz ou com o órgão, assim também porque é que não há de o professor ensinar na escola todas as coisas, se tudo aquilo que deverá ensinar e, bem assim, os modos como o há de ensinar, o tem escrito como que em partituras?*”

Independentemente da origem da palavra e da evolução de seu significado histórico, a maestria, o magistério ou o magistrado é função fundamental nas sociedades humanas, quaisquer que sejam elas e qualquer que seja o estágio em que estiverem. O ser humano não nasce pronto e a família não é a única agência socializadora. Aquele que ensina, que carrega e transmite os valores sociais que dão significado à vida não pode ter outro reconhecimento que não o de “magis”. Nossa revista não é apenas um instrumento de formação do professor mas, em seu nome, quer levar uma homenagem a ele e a todos que são fundamentais em sua tarefa de ensinar e de construir novos conhecimentos. Nesse sentido, a revista Magistério é para todos os que contribuem para a difícil, importante e exigentíssima tarefa de Educar, por meio da docência.

EQUIPE DOT

DIRETORIA DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA –
CURRÍCULO, AVALIAÇÃO E FORMAÇÃO

São Paulo, fevereiro de 2014.



PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
FERNANDO HADDAD

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO
CESAR CALLEGARI

SECRETÁRIA ADJUNTA DE EDUCAÇÃO
JOANE VILELA PINTO

CHEFE DE GABINETE
ATAÍDE ALVES

DIRETOR DE DOT CURRÍCULO, AVALIAÇÃO E FORMAÇÃO
FERNANDO JOSÉ DE ALMEIDA

ASSESSORIA
DANIELA DA COSTA NEVES

APOIO
COORDENADORA DO CENTRO DE MULTIMEIOS
MAGALY IVANOV

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA
EDNA MAFALDA CRUZ
LILIAN LOTUFO PEREIRA P. RODRIGUES
PATRÍCIA MARTINS DA SILVA REDE
ROBERTA CRISTINA TORRES DA SILVA
ROSANA LEILA GARCIA

MEMORIAL DO ENSINO MUNICIPAL
ELIETE CARMINHOTTO
VALQUÍRIA MARTINS PEREIRA

VÍDEO EDUCAÇÃO
ADRIANA LÚCIA M. DE MEDEIROS CAMINITTI

REVISÃO
LEILA DE CÁSSIA JOSÉ MENDES DA SILVA
MARCELA CRISTINA EVARISTO
MÁRCIA MARTINS CASTALDO

magistério

**PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA DIRETORIA DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA DA SME
PARA OS PROFESSORES DA REDE DE ENSINO DA CIDADE DE SÃO PAULO**

criação e edição
ALFREDO NASTARI

REPORTAGEM
DANIEL AMADEI

ICONOGRAFIA
TEMPO COMPOSTO

ARTE
LEDA TROTA

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação.
Diretoria de Orientação Técnica.
Magistério / Secretaria Municipal de Educação. – São Paulo: SME / DOT, 2014

52p.:il.
Bibliografia

Publicação periódica da Diretoria de Orientação
Técnica–Currículo, Avaliação e Formação

ISBN 978-85-60686-88-9

1. Educação 2. Sociologia educacional 3. Aula–Motivação I. Título
CDD 370.193

Código da Memória Técnica: SME05/2014

A estrutura da revista Magistério. Magistério é uma publicação de formação e diálogo em duas versões: uma em papel, que será distribuída trimestralmente em todas as escolas e para todos os educadores da Rede Municipal de Ensino e outra, em versão digital, no endereço <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Projetos/revistamagisterio>, disponível permanentemente para leitura e, principalmente, debate sobre temas abordados. Nessa página da *web*, a DOT - Diretoria de Currículo, Avaliação e Formação procurará responder a todas as questões, dúvidas e pedidos de esclarecimentos sobre esses temas.

Na sua versão impressa, cada edição será dedicada exclusivamente a um grande tema da Educação / Pedagogia, como bem exemplifica este número que o leitor ora tem em mãos: a AULA, o instrumento mais radical de nosso trabalho de educadores. Eventualmente, alguns dos nossos temas percorrerão mais de um número da Revista, por serem controversos ou por exigirem maior nível de profundidade.

Ao longo de suas páginas, Magistério está estruturada em quatro grandes blocos.

O artigo da página anterior, elaborado pela equipe da DOT, abre a Revista e situa o tema no interior da Rede e da sua história. Segue-se a ele um artigo de fundo “O resgate da aula essencial”, elaborado pelo Diretor da DOT, que marcará o tom da Revista, ancorando teoricamente o tema e discutindo seus aspectos candentes.

A terceira parte da Revista trará a contribuição de algum teórico, que apresente seu olhar sobre o tema. O quarto bloco, que fecha a Revista, será o momento de conversar com a Rede sobre as questões e contribuições postas na *web* em nosso Portal. Serão reproduzidas as mais representativas intervenções, dúvidas, questionamentos e propostas.

Não deixe de participar. Desejamos a você uma boa leitura e boas inspirações para nossas práticas na construção de uma Educação de Qualidade Social.

*

Excepcionalmente, por ser esta a edição número 1 de Magistério, o quarto bloco de debates e contribuições da Rede aos temas propostos foi substituído pela publicação do documento “Políticas Pedagógicas Curriculares”, que traça as grandes diretrizes da nova gestão da SME. Este texto também está aberto à reflexão e manifestações dos educadores da Rede.

aonde

Um resgate da aula como elemento

anda a aula?

fundamental do processo pedagógico e do papel do professor



FOTO: XINHUA / EYEVINE / GLOW IMAGES

Pequim, China

Um mundo em transformação. *Esta sala de aula, inimaginável para os padrões ocidentais, está produzindo na China um dos maiores saltos de qualidade educacional já vistos. Favorecido por um senso de disciplina e esforço profundamente arraigado na sua cultura, motivado pela ascensão social decorrente do crescimento econômico acelerado do país e sustentado por políticas educacionais públicas comprometidas com resultados, o ensino na China está superando seu atraso histórico e assumindo a liderança mundial em qualidade: no ano passado, a região de Xangai obteve o primeiro lugar na avaliação da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o clube dos países desenvolvidos. Foram avaliadas as áreas de Matemática, Ciências e Leitura em 32 países.*



Stanford, EUA

Líder mundial em tecnologia digital, é natural que os tablets tenham invadido as escolas nos Estados Unidos, como prenúncio de uma nova era para a aula. Afinal, o tablet pode integrar perfeitamente o mundo dentro e fora da escola. A qualquer momento, o aluno pode pesquisar, aprender, produzir, editar e compartilhar conteúdos. E tem o atrativo adicional da portabilidade. Mas, mesmo nos Estados Unidos, a adoção precipitada do tablet, fruto do fascínio provocado pelo novo equipamento, está cobrando seu preço. Sem um projeto político-pedagógico definido e conteúdos e objetivos claros para a ferramenta, o risco dele se tornar inútil é grande. De certa maneira, o desafio não é novo: ele retoma e amplifica as questões surgidas com a introdução do computador na sala de aula.

Uma sociedade de extrema desigualdade.

Em um estado de bem-estar social, como aquele verificado na Suécia, a educação adquire grau de excelência. País que mais investe em educação no mundo, todo o ensino - seja público ou privado - é gratuito. Quem opta por uma escola particular recebe um voucher do governo para pagamento do curso. Isto permite que haja uma enorme diversidade de escolas, adequadas para as expectativas de cada aluno - existem escolas de ensino fundamental para estrangeiros, escolas com ênfase em música, em idiomas, politécnicas, em pedagogias específicas etc. Apesar da grande autonomia que municípios e escolas possuem, todas oferecem período integral, das 8 às 15h e turmas com até 20 alunos. Todos passam por processos rígidos e contínuos de avaliação de desempenho.



Estocolmo, Suécia

No outro extremo, depois de um longo período de guerra anticolonialista, seguido de vinte e cinco anos de Guerra Civil, a educação em Angola ainda luta por se reerguer. Durante o conflito, mais da metade das escolas foram saqueadas e destruídas, professores desapareceram, o sistema todo se desestruturou. Coisas mínimas, como documentos de identidade, deixaram de existir. Ainda hoje, os recursos para a educação em Angola são exíguos: os professores são mal formados e mal remunerados, a escola não consegue oferecer alimentação e material didático, e o perigo das minas terrestres continua presente. Por questões culturais, ainda é grande a evasão escolar entre as meninas. Mas a aula está lá, como nesta foto. Com uma lousa sustentada por dois galhos e uma professora que prende a atenção da sua classe, na busca incessante e obstinada de um futuro melhor para todos.



Uamba, norte de Angola



São Paulo, Brasil

São Paulo é Pequim, Stanford, Estocolmo e Angola.

A cena vista nesta foto, de uma sala de aula de São Paulo, repete-se 25 mil vezes por dia, em nossa Rede Municipal, envolvendo cerca de 500 mil alunos, só no Ensino Fundamental. Isso sem contar as Unidades de Educação Infantil... É nesse contexto, com estas dimensões espaciais e humanas, que se multiplica a educação na cidade de São Paulo. Para entender o fascínio de aprender, é preciso observar os olhares destas crianças e jovens em uma aula. Parecem retratar um desejado nascimento... Reparando bem, a aula em São Paulo é uma cidade com população maior que a da Suécia, é esse espaço de nascimento. Não é apenas o lugar onde os indivíduos aprendem e nascem para o novo. Mas presencia-se



nesses olhares o nascimento de uma sociedade. Os instrumentos são importantes, mas não determinam a essência do aprender. A arquitetura marca, as tecnologias agilizam informações e estabelecem novas linguagens, a organização do espaço e clima externos favorecem, mas a magia do ensinar e do aprender se faz na sabedoria e vontade com que professor, aluno, escola e família se dedicam a preparar, acompanhar, estimular, valorizar o fenômeno chamado AULA. Imaginem quantos pais, quantos pedagogos, quantos arquitetos, quantos funcionários de limpeza, quantos produtores e autores de conteúdos estão ao fundo da preparação de apenas uma aula de um só professor! É um esforço coletivo gigantesco, que não podemos malbaratar. É o maior resouro que devemos conservar.

o resgate da aula essencial um desafio urgente

Fernando José de Almeida

*Filósofo e Pedagogo, é doutor em
Filosofia da Educação pela
PUC-SP, onde leciona no curso de
Pós-graduação em Currículo.
É consultor e pesquisador da
UNESCO / TV Escola.
É atual Diretor da DOT/SME.*

AULA

Dic: corte, palácio, átrio dos castelos, morada, gaiola, estábulo.

A partir da origem etimológica, buscaremos saber como ela chegou aos nossos dias e que significados mantém. Nascida nos palácios, nos átrios dos castelos, nos claustros dos conventos, como pode a aula ser um espaço democrático?

O QUE SE PRETENDE AQUI?

O objetivo deste texto é chegar ao conceito de aula essencial, resgatando seu sentido original, que foi se perdendo com o tempo e hoje é objeto de profundas divergências e contradições. O que é ela? O que dela se perdeu no caminho? O que dela pode ser ressignificado para nossas práticas na Educação da Escola Pública?

AULA ESSENCIAL OU A ESSÊNCIA DO QUE É A AULA

Por mais que pareça óbvia, a noção primeira de aula se perdeu em meio a tantas versões, tantas críticas e tantas práticas, todas chamadas aula.

Sua força original afundou num pântano de versões, contraversões e críticas e nós, professores, acabamos reféns dessas tantas posições, quando temos que preparar nossas aulas.

Para enfrentar essa perplexidade causada por tantas contradições, vamos buscar resgatar a sua essência.

A aula essencial aqui tratada encontra-se em meio a interesses antagônicos que orbitam em torno de sua principal usuária e favorecida, a escola. Para entender-se melhor o conceito de aula essencial, trataremos, neste artigo, de questões como:

O que é essa invenção humana, em sua célula mais primitiva?

Qual sua origem antropológica e como foi consolidada, na sociedade ocidental, no século XVII?

O que resta dela que pode ser retomado, em meio a tantas mudanças tecnológicas, tanta massificação e tantas exigências de democratização?

Como distinguir suas originais direções dos diferentes interesses que marcam as tensões da sociedade, que emergem nas práticas escolares, nos currículos, nos materiais didáticos, corporificados nas aulas?

Como as aulas se ampliam em forma de projetos, de estudos do meio, de pesquisas dirigidas, e o que dela se esvai, em meio a tanta diversidade de abordagens?

O uso do computador – com aulas a distância, com aulas compartilhadas com alunos e professores de diferentes países – redefine o conceito de aula?

INTRODUÇÃO

*Como se na desordem do armário embutido
Meu paletó enlaça o teu vestido
E o meu sapato ainda pisa no seu*
JOBIM, Tom & BUARQUE, Chico. “*Eu te amo*”.

Assim, de maneira sublime, Chico Buarque e Tom Jobim retrataram os desencontros da vida de um casal. As dificuldades aqui são metaforicamente representadas pela desorganização do guarda-roupa, repressando tantas questões acumuladas – mágoas, desconsiderações, confusões não intencionais (mas nem por isso menos significativas), que marcam as tantas vivências de uma dupla amorosa.

Há um paralelo entre essa afirmação poética e a relação entre escola e aula. A aula parece perdida na desordem de tantas variáveis que marcam a escola, em sua tarefa de ensinar, avaliar, prestar contas sociais, construir seu currículo, controlar a disciplina, manter dezenas e dezenas de alunos interessados e mobilizados. E o professor é

o malabarista que busca dar conta de administrar, da melhor maneira, tantas variáveis, tendo como centro a aula.

Em outras palavras, é hora de arrumar o armário, em que muitas variáveis e muitos valores se misturam com a dinâmica e o conceito de aula.

Essa é uma tarefa quase impossível mas cobrada de uma das mais expostas instituições sociais atualmente, de sul a norte, em países ricos ou nos quais a economia é mais frágil.

Dentro do armário metafórico da escola, podemos nos perguntar: Quantos sapatos pisam sobre o outro? Quanta indelicadeza não prevista acontece? Quanta dificuldade há em se demonstrar o que se sente de afeto, de delicadeza, de interesse pelo futuro comum? Quanta dificuldade existe para se dar conta das promessas e das esperanças nela depositadas por toda a sociedade? Quanta necessidade de recursos e de condições de trabalho!

Para se responder a essas questões, é necessário discutirmos conceitualmente o tema, voltando às questões básicas. Então, afinal, o que é uma aula? Como ela se articula com o currículo? Como se avaliam os resultados? Como se formam os professores? Como são calculados seus custos? Todas essas são questões acumuladas no armário da escola e no da aula e, conseqüentemente, em seu grande catalizador: o professor.

DE VOLTA ÀS ORIGENS

Se a palavra “aula” significa, em grego, originalmente, palácio, corte, centro da construção (cour, em francês), como o sentido se ampliou para aula, como conferência, palestra, ensino sistemático de algo?

Reunir pessoas em um palácio para escutarem, durante algum tempo, alguém que conhecia um assunto era seguramente uma forma de manter e desenvolver o poder da corte.

Era uma ação para organizar grupos sociais em torno de valores e de conhecimentos necessários à continuidade (ou melhoria) do grupo. Ouvia-se concentradamente uma exposição de ideias que se organizava em torno de eixos, como uma apresentação, o desenvolvimento do tema, a solução argumentativa e uma síntese conclusiva-propositiva.

Assim também faziam os filósofos gregos (na Idade Clássica) e os escolásticos (na Idade Média). O ensino peripatético, propalado por Aristóteles, era uma forma de dar aulas caminhando pelos espaços de Atenas. Assim se desenvolveram os grandes “Diálogos” de Platão.

A aula, como a conhecemos hoje, é datada. Vem do século XVIII sua constituição com alunos de idades próximas, enfileirados (ou não), com um professor de disciplinas diferentes, seguindo um programa de ensino determinado por um currículo, tudo sendo feito para um Estado ou para uma organização política. Embora se apresentem diferentes datas para o início de tais organizações escolares, é certo que ela é contemporânea ao processo de formação dos Estados Nacionais, que proliferaram na Europa do século XVIII¹.

Mas não se trata aqui apenas de situar a aula como algo desta ou daquela sociedade ou de um modo de produção econômica. Ela foi sempre uma forma antropológica de passar entre gerações os valores, conhecimentos, tradições, formas de sobrevivência. Veremos adiante como tais formas evoluíram, desde os tempos das cavernas à nossa pós-modernidade, perpassando períodos tão distintos como a Antiguidade, a Idade Média e a Revolução Industrial.

¹É aqui que nasce também a figura do professor, como hoje se o entende: um amplificador de um projeto educativo para a sociedade, cujos objetivos de ser expandida pelo mercantilismo exigiram não apenas comerciantes, mas professores que difundissem os valores das nações expansionistas, por meio de suas línguas, culturas. Não há expansionismo que não se consolide em cultura.

Busca contínua. *Até os 18 anos, o mundo, para mim, era muito nebuloso. Sem significação. Mas, durante o período em que eu estava no grupo escolar, alguns eventos me marcaram porque ajudavam a “clarear a mente” para as coisas ao meu redor. Por exemplo, quando estava na quinta série do ginásio, havia uma professora de Geografia que se chamava Samira. Um dia, ela retirou a turma da sala e nos levou até o pátio interno da escola. Lá nós fizemos uma atividade de construção de mapas. Percebi, naquele momento, que o aprendizado podia acontecer fora do ambiente da sala de aula. Isso me deixou muito contente... poder sair daquele modo de sentar, daquele modo rigoroso de aprender.*

Por outro lado, lembro também das aulas de Matemática. Usávamos um livro completamente confuso. Eu tinha que fazer aquelas coisas, aquelas frações e expressões que não me davam uma clareza do mundo. No geral, não fazia muito sentido a maneira como “aprendíamos” as matérias. Acabei abandonando a escola na sexta série.

Vejo, hoje, que as minhas dificuldades como aluno também marcaram a minha retórica como professor. Me fizeram querer falar mais diretamente para o aluno nas aulas, lembrando sempre que pode haver, na turma, alguém com aquela visão nebulosa sobre as coisas e sobre o mundo como a que eu tinha na minha adolescência.

Partindo da necessidade de contextualizar os assuntos para os alunos, percebi que tinha que buscar mais subsídios, afinal, só contextualiza quem conhece. Foi assim que conheci o Prof. Fuad: uma referência fundamental para mim, já depois que retomei os estudos e consegui ingressar na universidade. Ele criou um espaço na área externa do Instituto de Física, coberto por uma lona. Era o Centro Interdisciplinar de Ciência, onde ele coordenava um curso chamado Bases para a Elaboração Curricular em Física Experimental.

Aprendi, na prática, que não dá pra falar de conhecimento científico sem tocar nas coisas sensíveis. Ou seja, partir primeiro do mundo concreto e depois ir para o abstrato. Muitas vezes, só o livro não resolve e aí precisamos escrever um texto mais adequado. Se possível, ao abordar o assunto, o próprio professor deveria personalizar o texto olhando para aquela situação dentro daquela comunidade específica.

Hoje eu luto para que a minha aula tenha significado, buscando trazer os assuntos para a realidade deles. Tento me aproximar das situações reais, dos elementos do mundo deles. Quando o aluno fala:

- ããhnh... é porque eu cheguei nele! É quando eu consegui fazer com que ele despertasse para o conhecimento... é o Eureka!

Isso é o que me faz querer continuar buscando.



**Ismerindo
Lauke de
Oliveira,**
assistente de
direção



**Maria Dolores
Moral Perez,**
professora PAAI

O momento do elogio. *“Eu tive duas professoras que me marcaram muito. Acho até que elas me estruturaram para ser professora: uma era de Matemática e a outra, de Literatura.*

A de Matemática, eu conheci durante o Ensino Fundamental. Na dinâmica da aula, dava para perceber que, mais que uma pessoa com grande conhecimento matemático, estava sempre preocupada se estávamos aprendendo. Ela tinha um carinho muito grande por nós, e sabia do que a gente gostava, do que a gente não gostava... como estávamos nos envolvendo com a matéria.

Certa vez, já no final do semestre, ela fez uma chamada oral valendo nota e perguntou para a turma quem gostaria de tentar. Como eu havia tirado uma nota “não muito boa” no começo do ano, eu nem esperei. Levantei na hora porque gostava da aula dela e queria mostrar que tinha aprendido. Eu tinha essa preocupação!

Foi tão legal porque fui muito bem na chamada oral. Fiz tudo o que tinha a fazer, e acabei alvo da zombaria dos meus colegas, dizendo que eu tinha virado “puxa saco” da professora, que estava querendo ganhar nota... enfim, comentários desse tipo. Nesse momento, ela me defendeu com um elogio que me emocionou bastante:

- A Maria Dolores é esforçada! Ela não falta, se preocupa em aprender...

Enfim, eu fiquei surpresa porque realmente não esperava que ela fosse valorizar tanto a minha tentativa. Isso tudo me fez acordar para querer realmente ser uma boa aluna ao longo da minha vida.

Eu me lembro que, no ano seguinte, logo no primeiro dia de aula, ela tocou no meu ombro e me apresentou para a sala dizendo:

- Esta aluna aqui não vai se apresentar porque eu é que vou apresentá-la!

Ela fazia essas coisas que demonstravam o quanto conhecia a gente, e como nos queria bem... Depois, quando me tornei professora, isso me levou a querer ser assim também com os meus alunos; acompanhar como eles estão, se interessar por eles.

A outra professora que foi muito especial para mim foi a de Literatura, já no Ensino Médio. Como ela era tão apaixonada por aquilo que fazia, pelas aulas que dava, o assunto ficava muito envolvente. Acho até que acabei fazendo o curso de Letras por causa dessas aulas. Quando explicava as escolas literárias, ela descrevia cada detalhe, o clima da época... Eu podia até ver tudo aquilo que estava relacionado ao Trovadorismo, às cantigas de escárnio, cantigas de mal-dizer, cantigas de amor... quando ela contava parecia que eu estava vendo toda aquela cena!

Graças a essas aulas, eu comecei a entender Literatura e a me interessar mais por História. Mesmo depois, quando fui fazer Letras, o conteúdo que via na faculdade me remetia às aulas que tive no Ensino Médio, naquela época.

Ficou, para mim, como uma referência, o amor dessas duas professoras, além da maneira tão apaixonada com a qual elas davam suas aulas.

CHEGANDO RAPIDAMENTE AOS DIAS DE HOJE

O que se alterou para que tal concentração em torno de palestras não mais se realize? Será a estrutura da aula algo intrinsecamente perverso? O tempo de aprendizagem será outro? Terá mudado o processo “digestivo-intelectivo” pela invenção da “Escola McDonald’s”? Será o tempo assimilativo do ato de se alimentar diverso do ato de aprender? Pode e deve ser ele encurtado, como se pretende fazer com os esquemas *fast-food*?

O ouvir concentradamente um conjunto de argumentos, de histórias, de explicações, de fantasias, de propostas exige competências inexistentes na cultura do consumo rápido, personalizado e em pílulas de fácil digestão? Estaremos aguardando que a farmacopeia atual permita com pílulas digestivas o entendimento do que os jovens ouvem ou leem? Ou nem será mais necessário o empenho em leituras? Ou *chips* com tecnologias pervasivas² disponibilizarão os conteúdos e habilidades desejadas (ou impostas)?

A APRENDIZAGEM COMO MERCADORIA

A aprendizagem vem se reduzindo, na sua mais difundida – e equivocada – versão, a uma mercadoria que se encontra disponível nas gôndolas e prateleiras: um livro, um curso de inglês, uma peça didática de teatro, um curso de respiração com um certificado em poucos dias. As provas já vêm prontas, os resultados são copiados e o reconhecimento de sua sabedoria é atestado por um administrador objetivo e instantâneo.

A APRENDIZAGEM COMO PROCESSO VITAL

O processo de aprendizagem, no entanto, é orgânico: não se dá por consumo, mas por assimilação. É um trabalho de assimilação interna e individual. Passa não apenas pela vontade de aprender, mas também pela de empenhar energias para a elaboração do que aprendeu. Há momentos coletivos, há treinamento para uso de instrumentos, há montagem própria de táticas de assimilação, feitas com criatividade e disciplina.

O processo de aprendizagem sofre mudanças com os ritmos da vida urbana e planetária, mas o metabolismo da assimilação dos conhecimentos permanece o mesmo de sempre.

O conceito de tempo mudou. É verdade. O ritmo de participação da vida mudou, não sendo mais determinado pelas estações do ano nem pelas colheitas ou pelas festas dos santos, em quermesses ou novenas.

O sentido do afeto mudou. Não se definem mais os amores e casamentos pelos interesses familiares. A multiplicidade de exposições das pessoas às muitas escolhas é cada vez maior.

As opções à liberdade são cada vez mais possíveis, amplas e estimuladas.

Mas, insisto, os processos assimilativos digestivos e cognitivos mantêm a exigência de tempos próprios e frequentemente não são imediatos.

Mas, em tudo isso, o que é permanente?

A intenção da discussão, neste artigo, é buscar o que não mudou nestas tantas variáveis dos tempos pós-modernos.

Cabe aos psicólogos analisarem se os sentidos novos do afeto, da partilha afetiva, do amor são adaptáveis à velocidade

² Tecnologias pervasivas são aquelas que, introduzidas em sistemas complexos, oferecem informações a centrais de decisões, que assim podem interferir no ambiente, programando-o e dirigindo-lhe as ações. Um exemplo típico são os *chips* inseridos e pacientes com patologias que exigem acompanhamento de juntas médicas.

e à liquidez da sociedade contemporânea³. Esse é um longo debate que já travamos em nossas consciências, assim como as psicologias sociais, a psicanálise e a antropologia social já discutem, produzindo ensaios sobre o destino do novo e velho afeto que une as pessoas.

Mas nosso foco é a aprendizagem. Vamos a ele.

Se alguém ou alguns grupos já têm claro que é o momento de dispensar todas as ações de aula como um momento perverso de imposição, não estarão defendendo nem entendendo o sentido essencial da aula. Ela nem é momento perverso nem precisa ser uma imposição. É desmotivador ir ao cinema por que lá estão muitas pessoas juntas, e todos vão assistir ao mesmo filme no mesmo horário? Há momentos para se assistir a filmes em casa, interrompendo-se na hora em que se quer, e há o momento de socialização do espetáculo, com direito a comentários, a risos simultâneos e emoções partilhadas, e depois da sessão, a ir a uma lanchonete para os comentários quentes e coletivos.

Vamos tentar entender quais variáveis podem ser analisadas para se dar à aula uma “nova-tradicional” direção, na busca de seu significado primeiro, que inaugurou um mundo aproximando mais os seres humanos.

A versão atual da aula é uma invenção mais clara do século XVIII, consolidada no século XIX e que se mantém até hoje. Mas ela se mantém num mundo de tantas mudanças graças a quê? À teimosia dos reacio-

nários que não abriram mão de sua invenção? Ou à dose de sabedoria que ela teve (e mantém) ao dar conta de explicar uma fórmula de ensinar que vem desde a fogueira, como centro do ensino dentro da caverna, até o ensino nas corporações da Idade Média – ou dos nobres, em seus palácios?

Vamos contemplar essas questões e encaminhar um esboço sobre o que resta essencialmente desta eficaz invenção: a aula.

Limpando o terreno: a aula não é a vilã. Vamos começar pela derradeira visão das dificuldades da organização do sistema escolar existente entre muitos educadores brasileiros, dos anos 70 até a década de 2010.

A aula vem sendo considerada, nos últimos 40 anos, como a vilã responsável, à direita e à esquerda, por tudo de mal que acontece na escola, na formação dos alunos e nas tarefas dos professores. Ela seria responsável pela demolição da aprendizagem do aluno.

Ela é considerada perversa, ou porque reproduz a sociedade dividida em classes, expulsando da escola (por sua exigência sempre descabida) os alunos pobres ou porque não atende ao que há de mais moderno para os alunos que querem aprender e nela não veem a importância da vida motivada e livre da aprendizagem dita contemporânea.

A aula como reprodução do sistema injusto de exclusão social é assim considerada por suas exigências descabidas para os jovens alunos de classes desprovidas economicamente e feitas sob medida para atender às classes sociais superiores. As classes carentes da sociedade não conseguem ter motivações com esses tipos de exigências e abandonam a escola. Partindo desse ponto de vista, isso gera um dissimulado processo de exclusão social, que tem na aula uma famigerada aliada.

³ É importante para quem quer se aprofundar no tema da liquidez da sociedade contemporânea ler a obra de Zygmunt Bauman, especialmente *Tempos Líquidos*. Na direção do que falamos acima, ele diz: “o colapso do pensamento, do planejamento e da ação a longo prazo, e o desaparecimento das estruturas sociais nas quais estes poderiam ser traçados com antecedência, leva a um desmembramento da história política e das vidas individuais numa série de projetos e episódios de curto prazo que são, em princípio, infinitos e não combinam com os tipos de sequências aos quais conceitos como “desenvolvimento”, “maturação”, “carreira” ou “progresso” (todos sugerindo uma ordem de sucessão pré-ordenada) poderiam ser significativamente aplicados”. (op. cit. p.9).

Uma aula Guarani Mbya. *Para a cultura Guarani, a vida pode seguir por três caminhos (representados no altar): o da direita e o da esquerda são as escolhas que fazemos. São coisas que fazemos na vida, para um lado ou para o outro, mas que um dia acabam. Já a outra escolha que é essa maior aqui no meio dos dois, representa o caminho da sabedoria.*

A sabedoria é o resultado do que fazemos na direção desse conhecimento que vem diretamente de Tupã. Por isso é um conhecimento que é infinito, diferente dos outros caminhos. Ele chega através do nosso coração.

Aqui na casa de reza (opy) é também onde nos reunimos, cantamos, conversamos e somos orientados pelo Xeramõi, o nosso líder espiritual.

O que aprendi com o Xeramõi, o José Fernandes, é que, para estar nesse caminho da sabedoria, precisa ser muito forte, fortalecer o espírito e o corpo (...) cuidar para manter o coração limpo estando alegre, viver de bem com a vida e com as outras pessoas, sempre com respeito. Nesse caminho, buscamos e compartilhamos as experiências que fazem a gente aprender na nossa vida, e também aprendemos com as tradições e com os mais velhos sobre o que é ser Guarani Mbya. Por isso, cada palavra que sai da minha boca quando eu estou com os mais novos deve vir primeiro do meu coração... se eu não sinto que vem do coração, eu não falo só por falar. O coração precisa estar limpo pra eles sentirem essa força que vem de Tupã, porque, senão, nada acontece... eles não vão se interessar!

Hoje, eu luto nesse caminho: o de me fortalecer para que o meu povo também seja forte. Trabalho para que todos entendam o que é ser Guarani através dessa sabedoria que os mais velhos ensinaram, aprendendo também com os nossos antepassados que estão todos aqui na casa de reza. Não dá pra ver porque é invisível, mas dá para sentir que aqui estão todos os Guarani.



Pedro Luis Macena,
educador
indígena





Silvia Ruiz
coordenadora
pedagógica

Relação de respeito. *Estudei com muitos professores excelentes. O Décio de Almeida Prado, o Dimas Pimenta, o João Alexandre Barbosa, a Maria Thereza Fraga Rocco. Tenho várias aulas deles gravadas nas minhas lembranças de estudante. Como eu sempre gostava de ler e não tinha muito dinheiro para comprar livros, ia sempre à biblioteca circulante da universidade. Lia bastante para poder acompanhar as aulas desses professores. Uma diferença interessante entre aquela época na USP e hoje em dia é que as aulas eram totalmente expositivas. Duravam cerca de quatro horas, com um pequeno intervalo no meio. O Décio de Almeida Prado, por exemplo, era um intelectual, um gentleman. Dava aula sempre muito bem arrumado, terno e gravata impecáveis, com uma fleuma que só ele tinha. Não lia nada na sala, nem usava nenhum tipo de “esquema” ou grandes recursos na mão. Vinha tudo da cabeça dele mesmo! Fazia citações, falava sobre o teatro e as atrizes da época, e a gente anotava para poder ir atrás depois.*

Tinha total domínio do assunto: falava durante horas para um público de mais de 40 alunos sem recorrer a nada. Jamais alterava o tom da voz em sala de aula. Nunca destratou nenhum aluno, mesmo quando precisava chamar a atenção de alguém, era sempre muito educado... Nós anotávamos quase tudo o que ele falava porque havia ali um vocabulário muito rico. Se não conhecíamos algum texto que ele mencionava, tínhamos que procurar por nós mesmos. Ele não dava nada mastigado. Eu me lembro, como se fosse hoje, dele entrando na sala: pedindo licença; chegava com firmeza, dizia bom dia. Sua presença já impunha um certo respeito. Isso é uma coisa que os meus professores passaram para mim, de alguma maneira: a respeitabilidade.

Ou seja, ter uma certa postura em aula, manter o silêncio, respeitar aquela pessoa que está lá pelo que ela representa. Isso é uma coisa que acho que falta hoje em dia. Afinal, o professor não é igual ao aluno. Ele sabe mais do que a gente, é mais experiente. Os meus professores de Português, por exemplo, quando liam os nossos textos, corrigiam as palavras que estavam erradas. Escreviam assim em vermelho: correção. Hoje em dia, os estudos mudaram. As teorias são outras, mas acho que essas práticas em sala de aula foram úteis na minha formação: usar o dicionário, explorar os significados e aprender a grafia correta das palavras.

Depois que me formei, tive um professor, o Renato Brulezze, que também foi decisivo na minha vida. Ele dava um curso gratuito de arte para professores, no MASP.

Era formal, mas bem humorado. Durante as aulas, falava um pouco da vida do pintor e depois analisava o quadro para um auditório sempre lotado. Não tinha livro, texto, nenhum compromisso de dar uma devolutiva, fazer redação ou qualquer outra coisa. Você podia ir apenas para desfrutar o quadro e conhecer um pouco da história do pintor. Fui durante três anos, uma vez por mês. Puro deleite, mas que também foi algo muito importante para a minha formação.

A aula também pode ser considerada como inadequada em relação às tecnologias mais sofisticadas a que os alunos têm acesso, gerando falta de motivação. A aula prejudicaria os que já têm computadores e outros meios tecnológicos em casa, pois, nos meios digitais encontram-se informações múltiplas que não exigem o empenho para aprender, a figura do professor ou o esforço mnemônico.

De todos os lados, a aula aparece como a vilã das dificuldades que a escola e os alunos passam atualmente.

No entanto, as direitas e as esquerdas [termos excessivamente simplificadores da questão política hoje posta] precisam da competência da aula para dar conta de seus projetos e programas civilizatórios, para seus programas de formação de valores, competências e de participação social.

DECRETE-SE O FIM DAS AULAS COMO ATIVIDADE DIDÁTICA

Pelo pensamento oposto – do fim das aulas como resolução de problemas da educação e da escola –, se acabarmos com a aula, tudo será resolvido. Os alunos aprenderão livremente; a figura impertinente, autoritária e vetusta do professor desaparecerá e terá brilho o animador, o colaborador, o facilitador, como um verdadeiro “generalizador” que sabe tudo e não se pronuncia (não professa) sobre nada, mas que ocupará o lugar do antigo mestre (substituído pela memória de computadores, sistemas animados em 3D ou dos conteúdos das multimídias de “livre acesso”, nas nuvens digitais). A vontade e a capacidade espontâneas de crianças e jovens para aprender seriam as grandes aliadas da escola. Basta o ambiente. Basta o respeito inocente à liberdade, à espontaneidade, à criança ou ao jovem, para que os estudantes se desenvolvam num com-

plexo processo de aprendizagem das culturas, das investigações, das histórias, das nomenclaturas, dos algoritmos criados em séculos de trabalho de milhões de seres humanos.

Mas é o contrário o que se vê. Por exemplo, a descoberta do zero. Quanto tempo de esforços foi necessário para ele ser incorporado ao saber humano? Diríamos que começar do zero o aprendizado sobre o zero seria um desperdício e uma temeridade.

Para clarificar melhor a definição de aula, é importante que se esclareçam os equívocos sobre ela.

O QUE NÃO É AULA

1. A aula não é uma atividade de mesma densidade para toda e qualquer tarefa e para toda e qualquer idade.

Uma aula para crianças de 6 ou 7 anos deve ter uma estrutura, uma temática, uma metodologia, um tempo exigido de concentração, uma preparação, uma avaliação, um uso de exemplos, uma atividade diferente de uma aula dada para um grupo de alunos de um curso de mestrado. Parece óbvia tal distinção, mas não o é, na prática e nos discursos sobre defesa ou ataque da aula.

Costuma-se dizer que ela é inadequada porque é muito teórica ou que é ruim porque não tem atividades... ora para uma turma de pós-graduação pode ser teórica (pois seus ouvintes, mesmo ouvindo uma aula teórica fazem relações contínuas às suas práticas e tornam as aulas vivas e dinâmicas). Não há aula teórica, nesse nível de ensino, há sim ouvintes ou alunos teóricos – se não conseguirem relacionar as teorias às práticas.

Em aulas para crianças o nível de praticidade, de exemplos, de cantos de movimentação, de teatralização, de atividades deve ser outro diferente e adequado à faixa etária. A distinção de tipos de aulas para as diversas faixas etárias é fundamental para entendermos o que é aula.

2. A aula não é a arquitetura nem sua decoração interior (distribuição das carteiras, janelas, cores etc.).

Para irmos decantando a ideia da aula essencial, podemos simplesmente começar limpando as equivocadas formas atuais de conceber a aula.

a) Ela não se reduz ao equipamento escolar (embora as diferentes linhas pedagógicas e políticas tentem identificá-lo e adequá-lo a seus modelos): as salas, as cadeiras, a forma de serem fixadas ao chão (em U, todas enfileiradas, em forma de anfiteatros) não podem ser consideradas sua essência.

b) Menos ainda à arquitetura dos prédios que abrigam as aulas, as chamadas salas de aula. Uma excelente aula pode ser dada num prédio de arquitetura seiscentista, feito para a educação da nobreza inglesa ou alemã. O filme *Sociedade dos poetas mortos* simula tais aulas, mostrando o modo ideológico como se pode ver a escola: “é impossível transformá-la”. Ao final, morre o aluno que quer ser artista, e o professor é demitido. Vi várias vezes, em um país da África, as aulas serem dadas embaixo de uma árvore, cujo chão o professor varria cuidadosamente durante uns 20min antes de os alunos chegarem. Colocava nessa sala o quadro negro, em um lugar central, sobre um tripé e, ao lado dele, os poucos tocos de giz de que dispunha. Deixou de ser aula? Deixou de ser boa? A essência não é a arquitetura, embora se possa entender que ela pode se adequar mais ou menos a um modelo de entendimento de como é a relação professor-aluno. Uma sala em forma de anfiteatro presta-se a um tipo de aula magna e com baixa interação com os alunos, mas não impossibilita que a relação entre professor e aluno aconteça - nem mesmo dos alunos entre si.

A diretriz pedagógica e a dimensão política de compreensão do que seja o papel da educa-

ção e da escola são o que a definem. Também a define o grau de desenvolvimento do aluno por sua faixa etária ou por seus estudos prévios.

3. A aula não se confunde com sua dinâmica.

Ela não é responsável pela dinâmica de silêncio, em que apenas o professor sabe; nem é a culpada pela passividade, em que todos os alunos devem ficar quietos todo o tempo; nem pelo fato de que só o professor decide o que os alunos aprenderão; ou se sua sequência não pode ser interrompida. Tudo isso não define que a aula deva ser execrada e que nada dela se aproveite. É comum atribuir-se à aula em si a perversidade gerada por ela aos alunos, levando-os à passividade e impedindo-os de elaborar níveis mais complexos de aprendizagem, como estabelecer relações, realizar julgamentos, fazer análises ou sínteses dos temas e problemas tratados. Não é dessa aula que falamos aqui. Essa descrição equivocada do que é a aula não define a aula em seu sentido essencial, mas refere-se a alguns modelos pedagógicos que fazem uso dela equivocadamente.

Nesse contexto, aparece a pecha de educação bancária à aula. Paulo Freire a ela se referia para denunciar o fenômeno conceitual e pedagógico que parte do princípio que o aluno tem a cabeça vazia e que deve ser preenchida com conteúdos. Dizem que é nela, a aula, que se depositam com conteúdos impostos e indigestos nas cabeças dos alunos. E, por isso, há a desmotivação de todos. Além disso, são 40 a 50 alunos submetidos a cuspe e a giz, sempre dentro de uma disciplina autoritária, que não respeita os diferentes ritmos da aprendizagem de cada um, nem a dúvida, nem a discordância etc.

A crítica não se refere à aula, mas, insisto, ao modelo ideológico-político sobre o qual a organização curricular e escolar se assenta.



Stella
Meixner,
professora da
EJA

Situar-se no mundo. Assim como a maioria das crianças da minha época, eu tinha muita dificuldade em Matemática. Quando tentavam me ensinar algo na escola, já partiam de algum ponto importante, mas nunca me perguntavam:

- Você já sabe chegar até aqui?

Foi então que eu tive um professor de Matemática que era francês e havia sido padre. Ele usava a matemática maravilhosamente, de uma forma fácil, trocava tudo em miúdos. Primeiro, contou para a classe que não existia mistério e que tudo continha algum componente matemático, um envolvimento com números. Ou seja, aquilo iria fazer parte da nossa vida para sempre. Portanto, não adiantava ignorar ou achar impossível de aprender. Daí que eu descobri ser uma característica importante essa de saber situar o grupo; aprender a ver juntos, desde onde é necessário começar.

Quando esse professor começou a nos situar e a contar a história dos Algarismos, dos sinais matemáticos, quem havia usado pela primeira vez, como pensou aquilo... a matéria ficou muito mais entusiasmante! Esse foi o melhor período de aula para mim, quando eu tinha 11 anos!

“Uma boa aula começa pela empatia entre professores e alunos. Isso, pra mim, sempre foi muito forte, mas sem nenhuma pieguice do tipo “tem que ser amiguinho” ou que “tudo é sentimento” ... nunca achei nada disso!

Outra coisa é a escola ser atenta ao fato do mundo ser fora do muro. Ou seja, a escola precisa contar as coisas desse mundo e não apenas o que acontece no nosso pequeno quadrilátero, porque elas não têm significado lá fora... principalmente, se considerarmos o perfil dos alunos de EJA. Eles chegam sem nenhuma autoestima! São desprezados socialmente e, às vezes até pela própria família. Isso é um grande empecilho para que o jovem ou adulto se apaixone pelo que ele foi fazer na escola. Aí eu já começo situando o aluno, me apresentando, explicando sobre o que será a aula... então pergunto: - E você? O que veio buscar aqui? O que você pretende encontrar aqui? O que mobilizou você que te deu vontade de voltar a estudar ou te fez perceber que era importante começar a estudar?

Aí a fala deles reflete a percepção de que não são valorizados na sociedade por causa do tipo de trabalho que costuma aparecer: varrer rua etc. Trabalhos que não são “reconhecidos” na sociedade. Eu começo então a questionar essas ideias:

- Como assim, não vale nada? Às vezes, tarde da noite, quando estou deitada na cama e escuto o barulho do caminhão do lixo, me pergunto: Puxa... quem será que está trabalhando a essa hora limpando nossas ruas?! Vocês não acham que é importante?

Dessa forma, eu vou chegando neles... a aula vai se estruturando por meio de um resgate das histórias de vida, tentando aproveitar cada momento para valorizar o que já fizeram até então. Aí eu digo: - tudo isso vocês fizeram sem saber ler! Imagine quando vocês puderem ler?! Falta muito menos do que vocês imaginam!

4. A aula não se confunde com os seus atores.

A aula não é um espaço do professor, mas também não é o momento exclusivo dos alunos. É um espaço de conversa, de diálogo; porém, não de um diálogo entre iguais. É o momento de apresentação e vivência de diferentes graus de conhecimento. Paulo Freire diz que o respeito que o professor dá ao aluno e sua valorização do saber do outro não o reduz a ser o mesmo que o outro, em termos de saber. São saberes que trazem elementos complementares e diversos e que só têm sentido se estiverem em diálogo. Entretanto, o professor tem o que dizer. Tudo acontece a partir do que sabe, do que ouve, do que considera, do saber local, do saber dos alunos, da classe, mas em diálogo com o seu próprio saber e com o currículo.

O que está no fundo da discussão é que a escola é, sim, um aparelho reproduzidor de todos os modelos de sociedade. É um aparato para a importante, quase imprescindível, implantação de quaisquer e (de todos os) sistemas econômicos. É um braço cooptador dos modelos ideológicos ou religiosos. No entanto, identificar a escola com um dado modelo ou uma proposta da sociedade, desconsiderando seu caráter contraditório, é entregá-la a um dos lados da contenda social que luta pela hegemonia da sociedade.

A escola é um espaço de conquista, de luta, assim como a aula, elemento essencial em seu interior. Ela é um espaço de disputa política.

O QUE É A AULA?

Definindo-a (provisória e simplificada), pode-se dizer que a aula é um ambiente envolvendo alunos e mestres que organizam uma sequência de conhecimentos com uma estrutura que contém as seguintes possibilidades expositivas e argumentativas:

- a) O contexto e a problematização.
- b) Explicação: as práticas e a história.

c) A reflexão, os argumentos, as soluções.

d) Conclusões, sínteses e novos desafios: utopias.

Diversos e ricos nomes podem ser dados a esses quatro tópicos. Mas, independentemente de sua nomenclatura, serão apresentadas algumas explicitações de seus significados.

Na próxima edição de Magistério, aprofundaremos esses conceitos que constituem o núcleo duro e essencial de uma aula e, principalmente, trataremos da aula-expandida, isto é, das alternativas didáticas e pedagógicas que podem ser construídas em torno deste núcleo. Até lá, contamos com seus comentários e contribuições a respeito, no *website* da DOT – <http://forum.sme.prefeitura.sp.gov.br>

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALMEIDA, Fernando J. **Paulo Freire**- “Folha Explica”. São Paulo: Publifolha, 2009.
- ALMEIDA, Fernando J. **Computador, escola e vida**. São Paulo: Cubzac, 2007.
- ALMEIDA, M. Elizabeth B. ; PRADO, Maria Elizabette B. B. (Org.) **O computador portátil na escola**. São Paulo: Avercamp, 2011.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Filosofando**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993.
- BAUMAN, Z. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- DEWEY, John. **Democracia e Educação**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1987.
- GUSDORF, Georges. **Professores para quê?** 2. ed. Lisboa: Moraes, 1972.
- JOBIM, Tom & BUARQUE, Chico. “Eu te amo”. **Vida**. Rio de Janeiro: Polygram/Phillips, LP, 1980.
- KHAN, Salman. **Um mundo, uma escola**: a educação reinventada. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2013.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991.
- MASETTO, Marcos (Org.). **A docência universitária**. Campinas: Papirus, 1998.
- Morais, Regis (Org.). **Sala de aula**. Que espaço é esse? 17. ed. Campinas: Papirus, 2003.
- NUNES, Cesar Aparecido. **Aprendendo Filosofia**. Campinas: Papirus, 1987.
- PONCE, Branca. **Os limites e as Possibilidades da Aula como Instrumento de Transformação Social**. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 1989.
- RAMOS, Graciliano. **Infância**. 37. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- RONCA, Antônio Carlos Caruso; ESCOBAR, Virgínia. **Técnicas Pedagógicas**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SHARI, Tishman. **A cultura do pensamento em sala de aula**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.
- VALENTE, J. Armando. **O computador na sociedade do conhecimento**. Campinas: NIED-Unicamp, 1999.
- REVISTA Brasil-Europa – Correspondência Euro-Brasileira, 141 (2013:1). Disponível em: <www.revista.brasil-europa.eu>. Acesso em: 17 fev. de 2013.

Aprender com o corpo. *Eu sempre fui muito curiosa, mas também bastante tímida. Pelo fato de não ter incentivo em casa, eu também tinha muita dificuldade para aprender.*

Me marcou um momento na quarta série, com a professora de Ciências, quando tivemos uma aula de dança. Me identifiquei com ela: uma moça exigente, que sabia separar muito bem quando era o momento de conversar e quando precisávamos estar em silêncio para estudar ou ler. Nessas horas, ela não negociava... nós tínhamos que fazer a nossa parte! Mas as aulas valiam muito a pena porque ela tinha o dom de mudar a rotina propondo coisas diferentes, desafiadoras, e sempre trazia algo novo, uma leitura, um recorte de jornal, a que a gente da periferia não tinha acesso.

Para mim era alguém muito grande, porque falava também de Matemática, falava de História ia viajar nas férias e contava sobre como havia sido a viagem. Compartilhava com a gente o seu conhecimento da vida, e acho que educação é isso: não é só ficar na escola. A educação é o mundo!

Recentemente, fiz uma viagem e me lembrei, na hora, das aulas de Ciências. Um lugar que ela tinha ido, tinha mostrado as fotos da sua viagem há décadas, e eu guardei isso na minha memória, guardei essa lembrança. De alguma maneira, ela me contagiou com o seu entusiasmo por ter conhecido um lugar diferente, onde se falava uma outra língua.

Retomando o momento em que essa professora organizou a apresentação de dança, percebo como aquilo foi importante. Sendo curiosa, percebi que ali estava uma chance de deixar a minha timidez de lado para me abrir a um outro jeito de aprender que era extraordinário. A música até hoje eu me lembro... era instrumental. A roupa que a gente usou também ficou na memória: uma saia vermelha sobre uma roupa agarradinha preta. Essa experiência com os movimentos do corpo me marcou até hoje. Quando visito as escolas que supervisiono, não concordo ao ver os alunos ali sentados dentro da sala durante quatro ou seis horas. Eles precisam se movimentar!

Como supervisora, eu gosto de percorrer a escola e conhecer as atividades das crianças nas visitas. Quando você observa como a criança está produzindo, de acordo com os registros, fica muito claro nos trabalhos dela quando está ocorrendo o desenvolvimento que a gente tanto espera. Me interessa acompanhar como as pessoas estão aprendendo lá. Quero ver como o projeto pedagógico chega de verdade na vida da criança, através do que elas realizam; mesmo que seja no momento de brincar. Às vezes nem precisa ver o caderno! Só de conversar com o aluno já dá para perceber se ele gosta ou não de lá, se está inserido nas aulas de verdade. A gente também sente como está a escola, conversando com as professoras. Elas sempre dão algum jeito de reclamar sobre algo que não está bem, ou elogiam o que acham bom.



Cristina Aguiar,
supervisora de
ensino Escolar

aulas-cenas

Luis Carlos de Menezes

*Professor e orientador na Pós
Graduação na USP, Doutor em
Física, consultor da UNESCO para
reformulação curricular da escola básica,
membro do Conselho Técnico
Científico para Educação Básica da
CAPES/MEC, autor de livros sobre
formação de professores, sobre física
e sobre a universidade brasileira.*

*Não as penso isoladas
dadas
Mas trechos de percursos
cursos
Não frases de poemas
temas
Mas obras coletivas
vivas*

Professores Produtores

Contidas em um tempo limitado, aulas são trechos de um percurso que lhes dá significado e, ainda que concebidas por quem vai conduzi-las, elas são experiências coletivas, não antecipáveis. Mas como não há jornada sem projeto, cada aula deve ser planejada como se os professores fossem produtores de um filme, programado antes de se conhecerem os atores, seus novos alunos, esses imprevisíveis seres singulares.

As aulas são as cenas, as etapas são os episódios e o filme é a realização de todos. Os alunos são a um só tempo os intérpretes, os iluminadores, os câmeras, participantes ativos da obra coletiva de aprender. As primeiras aulas servirão para a preparação do elenco, as seguintes são como ensaios, até que todos possam participar pra valer da filmagem do que foi previsto no roteiro.

Na proposição das atividades que constroem o aprendizado, a professora ou o professor tem, sobretudo, a função do produtor, mas, em cada aula, eles dirigirão as cenas e seus alunos serão seus protagonistas e coadjuvantes, o espetáculo formativo sendo ainda melhor se todos fizerem conscientemente seus papéis.

A partir da compreensão de que aprende quem faz, todos serão estimulados a fazer o que promova seu aprendizado. Assim, organiza-se a ação para que, conversando e lendo, aprenda-se a falar e ler; contando e avaliando, aprenda-se a calcular, usando mapas, aprenda-se a se localizar e deslocar;

trabalhando junto, aprenda-se a cooperar. É assim, no contexto e a serviço de uma sequência mais ampla, que cada aula-cena é concebida.

Recepção e Apresentação do Roteiro

As primeiras aulas são momentos de conhecimento recíproco. Especialmente se a turma é nova, os alunos começam a se conhecer em diálogos, adequados a cada fase, tratando temas de interesse comum. E enfrentando desafios lúdicos, eles revelam, no início de cada período, conhecimentos prévios, habilidades e traços de personalidade. Nessa etapa, avalia-se a condição de chegada e também os professores se fazem conhecer, ganhando a confiança da turma, se souberem revelar liderança e compreensão.

Essa fase de recepção vai gradualmente sendo sucedida pelos primeiros ensaios e, em seguida, pelo desenvolvimento do roteiro, à medida que se vá conhecendo o elenco, ou seja, as características e diferentes condições de entrada dos estudantes. A partir disso, será possível propor uma variedade de atividades para que todos encontrem as que os motivem e diante das quais estejam à vontade.

Por exemplo, numa turma em que a maioria já esteja escrevendo, uma criança com insuficiente condição de alfabetização pode ser estimulada a desenhar e a se expressar oralmente à medida em que vai acertando o passo. Da mesma forma, um jovem carecendo de conhecimentos prévios para uma atividade coletiva pode ser encorajado a apoiar seu grupo mobilizando outra habilidade, como organizar e distribuir tarefas ou fazer buscas em ambientes virtuais.

Reconhecer e registrar a condição de entrada e propor a diversidade de possibilidades de engajamento em práticas coletivas evita que alguns se sintam incapazes de

acompanhar os primeiros movimentos de seu grupo e, por conta disso, se autossegreguem ou sejam segregados. Uma mera diferença de ritmo pode resultar em defasagem permanente, por isso é preciso adequar atividades a cada aluno para que a turma possa avançar sem deixar ninguém para trás.

No momento adequado, os professores devem sinalizar o trajeto a ser percorrido, até mesmo por escrito. Mesmo crianças pequenas podem compreender o sentido de cada cena, se toda aula for sempre percebida como um convite para participação voluntária. Também suas famílias podem acompanhar o previsto e o realizado. Em turmas mais avançadas, é possível explicitar diretamente aos alunos o roteiro e sua mensagem, contando o que se vai aprender em cada etapa ao realizar quais atividades. Se os objetivos do aprendizado forem compartilhados, pode-se ganhar cumplicidade e corresponsabilidade para cumpri-los.

Primeiros Episódios para Construir o Elenco

As primeiras etapas de um curso são sempre as mais importantes, porque nelas os estudantes desenvolvem confiança ou temor, esperança ou desconfiança, receptividade ou preconceito. A atitude de quem ensina é tão importante quanto suas ações, como nas primeiras cenas de um filme em que, com um simples olhar, o personagem central já prenuncia seu caráter. Professores não podem subestimar a importância de sua centralidade, que faz, de cada gesto, algo simbólico; especialmente, uma impressão inicial que pode se mostrar irreversível.

Podemos, então, discutir o que é dirigir a cena. Antes de tudo, é ter clareza de que os protagonistas e coadjuvantes são os alunos, e de que quem dirige atento ao *script* escolhe as linguagens a serem

empregadas e os conceitos a serem aprendidos. E cumprir o roteiro, que é função do professor, é preparar a ação de quem interpreta. O ato de ensinar só se realiza no ato de aprender, o que está longe de ser óbvio, mesmo que pareça.

Com essa compreensão, quem dirige não se pergunta o que deverá fazer em cena, mas sim o que levará os atores a fazerem seu papel e, se estes erguerem a voz em hora imprópria ou se mostrarem apáticos, dirigir não é reagir a gritos com gritos, ou à apatia com apatia, mas orientar a interpretação correta com delicadeza, firmeza e compreensão.

Estabelecida essa relação de trabalho, pode-se dizer que o elenco está preparado, não porque daí para frente seja mera rotina, mas porque as atitudes básicas terão sido aprendidas, as regras de convívio estabelecidas e todos já terão se percebido responsáveis pelos resultados. Essa etapa formativa pode levar algum tempo, mas vale cada instante empregado, pois os professores poderão, então, prosseguir seu trabalho com a turma preparada. Para o sucesso ou insucesso do aprendizado de todos, o esforço de “construir a turma” faz toda a diferença.

Realizar e Avaliar ao Mesmo Tempo

Na produção de uma obra coletiva, como o conduzir do aprendizado de uma turma de alunos, é insensato deixar a avaliação do trabalho para depois da conclusão ou, por assim dizer, delegar isso “só para a crítica”. Garante-se êxito quando se avalia continuamente o que se faz, com um entendimento básico de que conduzir aulas, como dirigir cenas, é exercer contínua avaliação.

Se uma atividade física envolve correr e saltar, ela própria dá elementos para ser avaliada e basta um registro regular do alcançado, sem que seja necessária uma “prova de

Muito além do discurso. *“As aulas mais legais acontecem quando a gente pode fazer coisas diferentes, além de escrever como, por exemplo, montar coisas. No ano passado fizemos um modelo de pulmão... estudamos como funciona o diafragma e o pulmão. Vimos como um é essencial para o outro. Montamos com garrafa pet, bexiga e uma caneta. Foram utilizadas duas aulas pra fazer. Saímos da sala para testar o experimento na água. Vimos como funcionava o nosso pulmão quando a gente precisa prender a respiração. Por exemplo, quando estamos nadando. A gente ficava contando os minutos pra chegar essa aula porque era muito legal! Outra atividade que fizemos no ano passado foi durante as aulas de Geografia. Fizemos um diário de bordo como se a gente tivesse viajado pela Europa. Escolhemos 6 países de regiões diferentes e pesquisamos, tudo sobre cada um deles: habitantes, comidas, danças, tudo! Tinha que pesquisar como se a gente tivesse viajado por lá, até um nome de um hotel pra ficar. A gente terminou um pouquinho antes das férias. Montamos painéis com tudo isso. Parecia que tínhamos estado lá.”*



Vitória Alencar dos Santos
aluna da 8a. Série



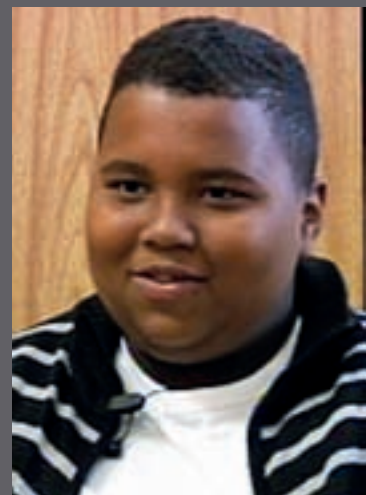
Hanna Monteiro,
aluna da 8a. Série

“Eu gosto mais das aulas de Matemática porque o professor explica até a gente entender, quantas vezes precisar. Até aqueles que iam mal antes agora conseguem aprender. Existe uma turma especial à tarde só para quem quer se preparar para entrar nas escolas técnicas, quando formos para o Ensino Médio - eu quero fazer Robótica. Nessas aulas ele passa exercícios que caem no vestibular. A cada semana tem um diferente para resolver até a próxima aula. São muito difíceis! Mas, eu gosto do desafio de tentar resolver... a gente precisa quebrar a cabeça.

Teve um dia que ele passou um problema nessa aula especial que era tão complicado que ninguém sabia como fazer. Tinha que descobrir uma forma de colocar algumas linhas dentro de um quadrado sem que nenhuma delas se cruzasse com as outras. Eu fui para casa e fiquei pensando até descobrir a resposta. No dia seguinte contei na sala como resolvia. Achei legal porque fui a única da turma que conseguiu resolver. Depois que eu contei como fiz todo mundo achou fácil! Mas, tinha que pensar bastante para conseguir chegar no resultado.”

“Nós tivemos uma aula muito legal de Ciências. Cada um tinha que levar a folha de alguma árvore para a escola. O professor pegava cada folha e mostrava no livro qual era a árvore. Cada folha tinha uma página no livro. Aí ele explicou uma forma de desidratar a folha. A gente colocou um contact por cima para colar a folha na cartolina, com as explicações que estavam no livro: qual era o tipo daquela folha, de que tipo de planta era. Apreendi um monte de coisa legal com esse trabalho.”

João Otávio Correia,
aluno da 6a. Série





João Gualberto de Carvalho Meneses é presidente do Conselho Municipal de Educação e professor há 60 anos.

Eu só ensinei se alguém aprendeu. *“A aula está na raiz do processo pedagógico formal. Ela é, por excelência, a forma de transmissão da nossa bagagem cultural de uma geração para outra. Sua origem remonta aos primórdios da civilização, quando, em algum momento, abandonamos um sistema informal de aprendizagem, baseado apenas na observação, para um sistema formal no qual o detentor do conhecimento compartilhava seu saber com os demais.*

Desde então a aula nos acompanha, de diferentes maneiras, em diferentes níveis, mas o fundamental é entender que ensinar não é um ato unilateral. É como vender. Eu só vendi alguma coisa se alguém a comprou, da mesma forma que eu só ensinei algo se alguém aprendeu.

Pessoalmente, nunca deixei de dar aula, apesar da minha especialização em administração escolar e dos cargos que ocupei ao longo da minha carreira: inspetor escolar, diretor de grupo escolar, diretor regional de educação, Secretário da Educação e agora presidente do Conselho Municipal de Educação.

Ficaram para trás os meus anos de professor primário, marcadamente na zona rural. Depois de ter saído de Santos, minha cidade natal, minha família mudou-se para Franca, onde cursei a escola normal, em uma escola de aplicação, onde, desde cedo, os alunos começavam a ensinar. Na época, esse era um curso marcadamente feminino, as carteiras eram duplas e fixadas no chão, o professor se postava na frente e o quadro negro era um espaço de comunicação entre ele e os alunos.

Assim que me formei, prestei concurso para professor primário. Sempre dei aula em escolas da zona rural. Era uma época em que as regiões do estado eram conhecidas pelas ferrovias - Sorocabana, Mogiana, Araraquarense etc - e a escola típica rural tinha programas de horta, pomar e criação. Nas áreas rurais, o professor tinha uma relação de proximidade maior com a comunidade, do fazendeiro aos empregados. Era comum uma relação de compadrio: perdi a conta do número de afilhados que tenho. Era também uma época de êxodo rural em direção às cidades.

Dei aula no interior do Estado e também na Vila Ema, em São Paulo, região não menos rural à época. Cursei pedagogia na USP e me especializar em Administração Escolar, quando iniciei minha carreira de professor universitário na USP.

Para mim, a escola continua sendo a principal agência social para transmissão do conhecimento, e a aula ainda é sua ferramenta mais importante de comunicação. É claro que aquela aula mais tradicional, expositiva, não é a única nem mesmo a mais relevante. A aula deve incorporar a tecnologia que, de certa forma, modifica o papel do professor, que pode utilizar novos recursos com sucesso.”

salto e corrida” feita à parte. Vale o mesmo para coisas como redigir, calcular, elaborar tabela e a transpor em gráfico, ou expor em voz alta uma argumentação.

Em turmas grandes, no entanto, mestres levam provas para corrigir em casa pela dificuldade de analisá-las em classe. Sempre que possível, vale a pena buscar alternativas a essa velha prática. Por exemplo, em certas etapas, a família pode ser convidada para essa avaliação, verificando se as crianças já sabem ajudar a organizar a lista de compras ou a dimensionar ingredientes para se produzir múltiplo ou submúltiplo de uma receita. Em etapas mais avançadas, podem ser propostos exercícios de autoavaliação ou de avaliação recíproca entre colegas, com a vantagem extra de, em algum tempo, os estudantes perceberem que, sendo os principais interessados em aprender, devem anunciar suas dificuldades para serem superadas, não escondê-las.

Há importantes objetivos formativos, como criatividade, iniciativa, coragem, perseverança ou companheirismo, que raramente são avaliados, até porque raramente estão explicitados no roteiro. Assim como para outras competências e conhecimentos, promover e avaliar estas qualidades não se faz com ações necessariamente separadas. Uma sugestão possível seria, em cada componente curricular, conceber episódios envolvendo missões que demandem concentração individual, aventuras pautadas por desafios coletivos, ou outras atividades que promovam e permitam verificar valores e qualificações sociais e afetivas.

Professores podem avaliar em processo sua capacidade de dirigir, pelo clima de trabalho que conseguem estabelecer. Podem estimar sua eficácia formativa comparando cada episódio do roteiro que idealizaram com o que de fato realizaram. Noutras palavras, a ação do professor se vê nos resultados conseguidos pelos estudantes em cada etapa,

em comparação com sua condição inicial, eis mais uma razão para registrá-la.

Quando Mudar Roteiros e Cenas

Como qualquer metáfora, a que foi adotada aqui precisa ser relativizada. Em muitos filmes, produtores, diretores e atores trabalham para ganhar a atenção dos espectadores. Há também escolas em que os alunos são meros espectadores. Essa condição é a que se deseja combater, pois as crianças e os jovens devem ser autores, mais do que atores, de sua peça pessoal e social. Enfim, em um bom curso o objetivo principal é a formação de protagonistas.

Outra questão de nossa metáfora é que, geralmente, os produtores trabalham em função de roteiro preestabelecido, de cenas imaginadas. Pensando roteiro como currículo, os professores devem adequar seu projeto em função dos estudantes que recebem, que não podem ser mudados nem ser idealizados, e mudar seus planos, quando necessário.

Voltando à ideia com que foi iniciado este texto, de que o percurso a ser planejado envolve seres singulares e imprevisíveis, o trabalho educativo exige atenção permanente à complexa dinâmica da turma e a circunstâncias não antecipáveis. Ao longo do trabalho, podem ser exigidas modificações no roteiro como um todo, ou em uma aula-cena em particular, devido a um incidente escolar, um assunto trazido por um aluno, ou à percepção de que algum objetivo não foi cumprido como previsto.

Então, uma derradeira lição, para quem planejou um curso ou uma simples aula e se depara com algo novo, é a de se receber o imponderável como coisa natural na aventura de educar, sem apego radical ao originalmente planejado. Possivelmente, bons produtores e diretores de cinema saibam fazer uso do acaso na condução de seu trabalho, o que constitui sabedoria das mais essenciais na arte de educar.

políticas

pedagógicas curriculares

“CONSIDERAÇÕES SOBRE O CURRÍCULO E OS
DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO
DOS ALUNOS NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO:
CONTEXTO E PERSPECTIVAS”

Nota introdutória. Esse texto tem o propósito de subsidiar as reflexões e debates a serem realizados pelos colegas educadores no esforço de construção coletiva das políticas educacionais para a Cidade de São Paulo.

Propositalmente, como logo se perceberá, não se trata de documento acabado que pretende abarcar todas as dimensões sobre essa temática tão complexa quanto essencial. Contudo, cuida-se de refletir sobre temas centrais como a formação dos educadores, a centralidade da AULA para os alunos, os professores e a escola, a qualidade da educação e a avaliação da qualidade, educação e as novas tecnologias, bem como a necessária articulação das políticas e programas municipais com as do Estado e do Governo Federal.

As análises e contribuições que puderem ser formuladas a partir desse texto representarão uma participação importante para a Educação de Qualidade como Direito de Todos, objetivo maior de todos nós.

Secretaria Municipal de Educação

POLÍTICAS PEDAGÓGICAS CURRICULARES

PARTE I O CONTEXTO DO PAÍS E DA CIDADE E OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO

Apresentação

A proposição dos pilares de uma Política Pedagógica Curricular para o Município de São Paulo, na gestão do Prefeito Fernando Haddad, demanda contextualização do processo histórico que a precede, assim como não pode deixar de referenciar o contexto social, político e econômico no qual está inserida hoje. A composição desses fatores, somada a um projeto político fundado nos valores da democracia, da equânime distribuição da cultura e das riquezas e da justiça social, resulta no presente documento, que ora se apresenta como uma afirmação dos pontos prioritários para a política educacional do município nos próximos 4 anos.

Em 2013, o Brasil completa 28 anos de regime democrático. O mais longo período da História Nacional, cuja referência principal é a construção do Estado de direito, de justiça, equidade social que absorvem atualmente 23% do PIB em prol da proteção e promoção social. O Brasil vem vivenciando na última década um círculo virtuoso de conquistas sociais e econômicas, aliando democracia e crescimento. Com a retomada do planejamento, o crescimento da economia foi estruturado em um conjunto de inovadoras políticas públicas de redistribuição de renda e fortalecimento do tecido social, como o Bolsa Família que evoluiu positivamente para o programa Brasil sem Miséria e Brasil Carinhoso. Simultaneamente, a intervenção pública organizada e sistêmica se constituiu no pilar de irradiação dos investimentos em diversos setores produtivos, como por meio dos Planos de Aceleração do Crescimento (PAC I e II), entre outras iniciativas desenvolvimentistas. Por conta

disso, o Brasil encontra-se atualmente entre as sete principais economias globais e entre as maiores democracias de massa do mundo.

A educação pública, no âmbito nacional, atravessa na última década período de enfrentamento de questões históricas, principalmente no que se relaciona ao acesso. Houve avanços significativos no número de escolas construídas, na contratação de professores, na inclusão de crianças e jovens com deficiências, na melhoria das condições da carreira dos professores e demais profissionais da Educação, na renovação do ensino médio no acesso das camadas mais pobres à Universidade, na expansão das redes de educação superior e da educação profissional e tecnológica, na ampliação de bolsas de mestrado e doutorado, programas de formação no exterior e com o programa Ciências Sem Fronteiras. Podem ser mencionados, ainda, a ampliação do valor da merenda escolar, a distribuição de livros didáticos da educação infantil e o investimento em Tecnologias para as Escolas.

A atenção dada à educação infantil no período é destacada, o que se reflete no aumento dos investimentos. Hoje, temos políticas para o atendimento de crianças de 0 a 5 anos que vão do financiamento público à construção de creches e pré-escolas, passando pela formação de profissionais, recursos para merenda e distribuição de livros infantis da melhor qualidade. A publicação recente da lei (número 12.796/13 que altera a lei que estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional) que dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as crianças estarem matriculadas na escola a partir dos 4 anos de idade dá novo fôlego e esse movimento induzirá obrigatoriamente ao aumento das vagas para essa faixa etária – as redes municipais e estaduais têm até o ano de 2016 para se adequarem a esta demanda.

No que se refere ao ensino fundamental, a colaboração entre os entes federados tem sido de suma importância para a melhoria da aprendizagem. O SAEB e a Prova Brasil permitiram o

desenvolvimento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e de uma cultura da qualidade em educação, rumo à maior igualdade e melhor aprendizagem das crianças brasileiras. Utilizando os resultados do IDEB, o Ministério da Educação estabeleceu com estados, municípios e o DF o regime de colaboração por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), que traz o diagnóstico de cada rede de ensino, estadual ou municipal e define as ações necessárias para garantir o direito de aprender de nossas crianças e jovens e, assim, atingir os resultados do IDEB que estão projetados até 2021. No que se refere ao acesso, o ensino fundamental no país está praticamente universalizado: 97% das crianças de 6 a 14 anos estão na escola. Mas ainda temos que combater as desigualdades. Os mais pobres têm dificuldades de chegar à escola e maiores ainda para nela permanecer. Por isso, o Programa Bolsa Família alia a necessária transferência de renda para famílias em condição de pobreza com o acompanhamento da frequência escolar das crianças dessas famílias.

Quanto ao ensino médio, desafio importante, existe a clareza da necessidade de consolidação de uma escola média de qualidade, que combine ensino geral e ensino técnico profissionalizante, integrando as demandas de educação e qualificação profissional criadas pelos novos postos de trabalho e ocupações que o desenvolvimento do país tem exigido. O Programa Ensino Médio Inovador e o Programa Brasil Profissionalizado estão ampliando as alternativas para que nossa juventude encontre um ambiente escolar capaz de oferecer os conhecimentos de que nossos jovens necessitam para prosseguir seus estudos e encontrar possibilidades de trabalho e emprego. A criação dos Institutos Federais fortaleceu a educação profissional técnica, articulando na mesma instituição a oferta de cursos técnicos de nível médio, cursos de tecnologia em nível superior, a formação de professores para as áreas de ciências e a educação de jovens e adultos articulada com a qualificação profissional.

O acesso ao ensino superior como direito encontrou sua consolidação não apenas por meio do ProUni, como também por meio da expansão das universidades federais pelo REUNI e por meio da Universidade Aberta do Brasil. A consolidação do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) permitiu ampliar as oportunidades de acesso da população a essas políticas, visto que o ProUni e os processos seletivos de dezenas de universidades utilizam os resultados do ENEM para a classificação dos candidatos. Iniciou-se a quebra da hegemonia de ter os vestibulares como único sistema de entrada na universidade.

A educação de jovens e adultos é também entendida como um direito a ser garantido pelas políticas públicas de educação. Pode-se mencionar, neste aspecto, o Programa Brasil Alfabetizado, que atendeu a mais de 8 milhões de alfabetizandos, em parceria com estados e municípios, além de programas como o ProJovem e o Proeja, que articulam a elevação de escolaridade com a qualificação para o trabalho.

Em termos de estruturação de uma política educacional pública, é fundamental destacar conquistas que possibilitarão a continuidade no avanço nas questões aqui mencionadas. Foi criado o Fundeb, - relevante e ampliadora evolução do Fundef - o fundo que financia toda a educação básica brasileira. O piso nacional do Magistério, direito de nossos professores, está garantido na Constituição Federal.

O envolvimento da sociedade civil na formulação das políticas também foi ponto importante nessa última década, afirmando os valores da participação democrática no processo de definição das prioridades políticas do país. A Conferência Nacional de Educação de 2010, que reuniu profissionais, gestores, pesquisadores, estudantes e familiares de todo o país, foi o coroamento de um amplo processo de consulta que contou com a Conferência Nacional da Educação Básica, a Conferência Nacional de Educação Profissional e

Tecnológica e a Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, e com os subsídios elaborados para a participação brasileira na Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos, a VI CONFINTEA, além das três conferências infanto-juvenis de meio ambiente.

Para garantir o acesso à educação e à sua qualidade, no entanto, não bastam as políticas educacionais. É necessária a integração das políticas públicas. Saúde, cultura, esporte, alimentação saudável, apoio e assistência, são políticas que se integram quando destinadas a crianças e jovens, pois o lugar de crianças, adolescentes e jovens é na escola. E a escola, por meio de seu projeto político-pedagógico, deve integrar essas iniciativas a favor do atendimento dos estudantes.

O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO NESSE CONTEXTO

Esse panorama se fez necessário porque o Município de São Paulo, com suas particularidades, riquezas e desafios próprios, existe em um contexto maior de país, o que reflete no traçado de suas políticas educacionais. Um novo projeto para a cidade passa, necessariamente, pela melhoria de sua educação pública, de forma articulada à realidade nacional.

Nesse sentido, a presente abordagem compreende a aprendizagem como um direito de nossas crianças e jovens – foco em torno do qual se desdobrarão as políticas e ações propostas. Trata do contexto atual do movimento curricular na Educação Infantil e no Ensino Fundamental e no Ensino Médio o conceito de aprendizagem como direito humano, além de conceituar noções fundamentais como ciclo de alfabetização e avaliação. Tais conceituações servirão de ponto de partida para as propostas que aqui se fundam, tendo a noção de direito de aprendizagem e desenvolvimento como norte, com a clareza de que as crianças e jovens do município de São Paulo são os sujeitos desses direitos, cujas garantias cabem às

instituições que zelam pela educação pública no município.

Nesse sentido, a Educação Integral é um direito e a extensão da jornada de alunos é uma estratégia.

O Programa Mais Educação é uma parceria estratégica, pois possibilita a ampliação da jornada do aluno na perspectiva da educação integral. O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, aumenta a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macrocampos como acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educomunicação, educação científica e educação econômica.

Destacam-se neste momento como prioridades para a cidade, que também são prioridades para o país:

1. Proteção e desenvolvimento integral da criança: educação infantil e ensino fundamental.

- Fortalecer a gestão da Educação em consonância com o conjunto de políticas educacionais voltadas à valorização da infância;
- Desenvolver ações constantes e sistêmicas para aprimorar a qualidade do ensino visando a proteção e o desenvolvimento das potencialidades das crianças, conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), atendendo suas necessidades básicas, entre as quais o direito ao brincar;
- Fortalecer projetos pedagógicos que articulem a formação dos educadores, a construção de currículos a partir de uma perspectiva multidisciplinar e a análise sistemática sobre o desenvolvimento dos alunos, reuniões pedagógicas que permitam o acompanhamento do projeto de cada unidade de ensino;
- Investir e viabilizar condições para a formação e qualificação de educadores para a educação infantil;
- Ampliar o acesso à informática e novas tecnologias

assim como a sua cultura; Ampliar os programas de suporte, relacionados à merenda escolar, transporte, livros didáticos, uniformes, laboratórios, salas de informática, incentivo à leitura, cultura e esporte, salas de recursos multifuncionais e escola acessível.

2. Educação Integral de crianças e jovens e abertura das escolas.

- Implementar programas que integrem educação, cultura, esporte, lazer, ciência e tecnologia, a partir da escola, promovendo a ampliação progressiva do tempo de permanência de crianças e jovens nas escolas;
- Consolidar, com a participação da comunidade, um projeto político pedagógico e uma organização curricular interdisciplinar, que tenha o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura como eixos integradores e possibilite a compreensão do mundo do trabalho e da produção, a educação física, a iniciação científica e a formação cultural, com ênfase em atividades de artes e uso de novas mídias e tecnologias;
- Intensificar investimentos nos processos de gestão pedagógica nas unidades educacionais, de modo a articular professores e diretores com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento do projeto político pedagógico, com ênfase no acompanhamento da realização do currículo e na investigação sobre as potencialidades e dificuldades dos estudantes tendo-se em conta seus tempos e ritmos;
- Fortalecer os Conselhos de Escola e outras formas de organização e manifestação estudantis visando assegurar os espaços e o direito à participação e expressão dos jovens e o fortalecimento do diálogo como forma de resolução de conflitos;
- Abrir as escolas para realização de atividades culturais e esportivas pelos estudantes, pela comunidade, a partir da integração de políticas culturais e de esporte e lazer, ampliando programas como Recreio nas Férias;
- Fortalecer a articulação entre os ministérios e as esferas

estadual e municipal visando integrar as políticas educacionais, culturais, de esporte, lazer, geração de emprego e renda, do trabalho e também aquelas voltadas à inclusão, à igualdade racial e de gênero.

3. Educação profissional e tecnológica: estratégias para a cidadania e o desenvolvimento do Brasil.

- Ampliar o acesso à informática e novas tecnologias, promovendo a inclusão digital e tecnológica integrando as demandas de educação e qualificação profissional em atendimento às novas demandas do desenvolvimento do país.
- Educação de jovens e adultos, alfabetização e elevação de escolaridade. Consolidar a política de educação de jovens, adultos e idosos, garantindo a alfabetização, a formação integral e demais etapas de escolarização, bem como a formação profissional, inclusive para aqueles em situação de privação de liberdade;
- Impulsionar ações de ampla mobilização visando à superação do analfabetismo como condição da inclusão de milhares de jovens e adultos;
- Expandir a educação de jovens e adultos em horários alternativos ao noturno, para assegurar que as pessoas com diferentes necessidades possam retomar e seguir os seus estudos, como por exemplo, os CIEJAS, na cidade de São Paulo.
- Ampliar as ações desenvolvidas pelos programas Brasil Alfabetizado e MOVA, com a contratação de professores, compra de material didático, adequação de espaços físicos, transporte e alimentação escolar, garantindo os recursos necessários;
- Assegurar formação inicial e continuada aos educadores de jovens e adultos.

4. Compromisso com a valorização dos trabalhadores da Educação.

- Implementar políticas visando articular, de maneira indissociável, a carreira, o salário, a jornada, a formação e as demais condições de trabalho dos educadores à concepção de valorização profissio-

nal, garantir a qualidade e manter e atrair novos talentos para a escola básica, tomando inclusive como referência as propostas da Conferência Nacional de Educação (Conae).

5. Educação para a vida, sem violência.

- Desenvolver ações visando ao combate à violência nas unidades educacionais a promoção de uma cultura de paz;
- Implementar ações para a formação dos profissionais para trabalharem com as múltiplas faces da violência nas escolas;
- Desenvolvimento de ações que visem à criação e fortalecimento de uma rede de proteção social à criança e ao adolescente.

6. Educação democrática com participação da comunidade

- Compreender a família e a comunidade como polos de uma aliança estratégica para a educação com qualidade;
- Promover e ampliar espaços de diálogo e participação de profissionais, estudantes, gestores, movimentos sociais e famílias, com vistas ao aprimoramento das políticas educacionais e seu controle social;
- Incentivar o fortalecimento do diálogo no interior das escolas e a participação de todos os segmentos da comunidade escolar como formas de resolver problemas e conflitos; Incentivar a abertura das escolas à comunidade visando à realização de ações culturais e esportivas, a partir de políticas articuladas entre as áreas de cultura, esporte, lazer e em diálogo com as instâncias responsáveis por políticas de juventude;

7. Apoio e formação de gestores em educação

- Promover a formação dos profissionais da gestão escolar na perspectiva da gestão pedagógica para que possam melhor elaborar e avaliar seus projetos de ação e acompanhamento;

- Consolidar uma visão avançada sobre a ação supervisora que deve ser menos burocrática e fiscalizadora e mais orientadora e pedagógica.

Qualidade Social da Educação

como Direito

PARTE II

O PACTO PEDAGÓGICO

As ações refletidas

O marco conceitual desta proposta se radica na busca delicada, competente e cuidadosa da qualidade do ENSINO > APRENDIZAGEM como o centro das ações escolares.

O desafio de tornar o marco conceitual em ações concretas na escola passa pela clareza da proposta do trabalho pedagógico priorizado em 3 dimensões:

- 1. O CURRÍCULO**, como estrutura do ambiente de ensino e aprendizagem, em sua contínua reorientação, local privilegiado de inspiração e orientação das práticas do professor e de vivência dos alunos. As vivências curriculares se realizam por 5 agentes privilegiados:
 - a.** Os professores e sua prática docente são articuladores e geradores do currículo a serem vivenciados em suas AULAS;
 - b.** Os Coordenadores Pedagógicos são os responsáveis técnicos pela gestão pedagógica do currículo e de sua contínua adaptação à realidade de sala de aula e às atividades da escola; cabe também a eles o acompanhamento crítico e orientador do processo de sala de AULA;
 - c.** A Equipe Gestora e as reuniões pedagógicas são momentos ricos de reorientação curricular e de análise dos desempenhos e de diagnósticos dos rendimentos das classes;
 - d.** Ação supervisora;
 - e.** As Universidades, por meio de parcerias e prestação de serviços que trazem novas questões, fundamentam as práticas e colaboram na reflexão dos agentes escolares assim como am-

pliam o debate e campos de formação em serviço.

2. A AULA, como o local de autoria, de autonomia e de autoridade do trabalho docente, em profunda relação com a gestão pedagógica das condições do trabalho:

- a.** A aula é o momento mais importante da ação do docente que tem nela seu espaço de “professor” o ato de educar, formando valores, vivências positivas, habilidades intelectuais, curiosidade científica, desempenho cultural e desenvolvimento de convívio social e afetivo;
- b.** O aluno é o sentido do trabalho de todo o aparato da Secretaria Municipal de Educação e de suas políticas. É ele o maior conhecimento que a escola tem. O conhecimento dele é o ponto de partida do trabalho da escola e sua harmonia com a vida e alegria no espaço escolar como o maior significado da escola;
- c.** A aula é o momento de mediação entre o saber, motivação, valores, habilidades do aluno e o trabalho do professor. As mediações que quanto mais ricas mais viabilizam os diálogos mentais, afetivos e operativos entre eles. Sendo assim, as Tecnologias da Informação e Comunicação assim como material didático multimídia, atividades para fora da escola – como atividades de estudo em casa, modernizar laboratórios, espaços de leituras, biblioteca nos CEU's , estudos do meio.

3. A FORMAÇÃO do Educador, como modalidade contínua de reconhecimento, reflexão crítica e aperfeiçoamento das práticas curriculares:

- a.** É programa prioritário da ação governamental implantar uma política orgânica de formação dos profissionais da educação. Essa política se concretizará por meio de um Sistema Municipal de Formação de Educadores, que integrará e articulará as ações formativas voltadas aos docentes e gestores da

Você encontrará no site <http://forum.sme.prefeitura.sp.gov.br> um espaço onde poderá dialogar com a equipe DOT/SME, sobre os temas e questões aqui postos nos artigos da Revista. No número seguinte sempre haverá uma sessão na qual tais questões serão debatidas ou respondidas.

Questões Convite à reflexão e ao aprofundamento Bloco I

1- A ação articulada dos cinco agentes favorecerá a reorientação das práticas e a ampliação das possibilidades de reflexão sobre a ação educativa. Em quais situações esses momentos poderão acontecer, no cotidiano da escola?

2- A proposta de reorientação curricular direcionada à qualidade da educação como direito considera e respeita as dinâmicas e a experiência acumulada do coletivo escolar. Como envolver todos os segmentos da escola e a comunidade nas discussões aqui oportunizadas?

3- As parcerias com Universidades possibilitam adensar reflexões e debates no interior da escola, além de favorecerem a atualização da equipe escolar e a aproximação com pesquisas realizadas no campo educacional. Poderiam também viabilizar o interesse dos profissionais na continuidade de sua formação?

Questões para o debate

Bloco II

- 1. Considerar a avaliação como possibilidade de valorização do trabalho educativo supõe a organização de um sistema de avaliação, no qual o professor se sinta autor. Como os professores e gestores poderiam exercer essa autoria, em relação aos processos avaliativos?*
- 2. Haverá ações formativas que viabilizem a intencionalidade dos profissionais da escola de traduzir as ações voltadas à avaliação dos alunos em expressão do cuidado, do respeito e da consideração para com os alunos?*
- 3. Avaliação como monitoramento pode ser desvirtuada, tornando-se elemento de controle e opondo-se ao sentido de emancipação e reorientação das práticas pedagógicas. O que poderia ser feito, na direção da garantia da aprendizagem dos alunos?*

Questões para o debate

Bloco III

- 1. A proposta de reorientação curricular possibilita ao professor exercer o papel de autor, considerando a sua autoridade, construída no exercício profissional. Como essa autoria poderia ser exercida e consolidada no interior da escola?*
- 2. Em que tal perspectiva de valorização do professor pode ajudar a organização e as condições da aula?*
- 3. Como considerar o trabalho dos profissionais da escola e suas práticas, sendo eles os que mais conhecem as necessidades dos alunos e as condições necessárias para o melhor desenvolvimento dos processos pedagógicos, nas Unidades Educacionais?*

rede municipal. Essa política terá como um de seus componentes a implantação de 31 polos da Universidade Aberta do Brasil, além de convênios com outras agências formadoras, com oferta de mestrados profissionais e doutorado;

- b.** O uso das TIC e o fornecimento e criação de materiais multimídia, em novos meios inclusive preparados pela nossa própria rede além de criar redes virtuais de colaboração com outros estados e países;
- c.** Desenvolver formações sobre igualdade de gêneros, raças e combate à discriminação assim como produzir material didático correspondente;
- d.** Ampliar a cooperação com o MEC, com as universidades públicas federais em especial com a TV ESCOLA/CANAL Escola e com o e-Proinfo e seus programas de formação e produção de materiais abertos de formação.

AValiação: DAR VALOR, CUIDAR, ACOMPANHAR.

A alma da articulação entre estes 3 fundamentos da ação educativa escolar – CURRÍCULO, AULA E FORMAÇÃO está na avaliação. Na perspectiva aqui proposta, a avaliação é compreendida como avaliação para a aprendizagem. Nessa abordagem, é reforçado o conceito de autonomia de estudantes e professores e a avaliação é compreendida como cuidado com o processo de ensino aprendizagem. Liberdade e responsabilidade devem caminhar em conjunto, abrindo espaço para a invenção, a experimentação e a ousadia de educadores e estudantes em busca de novas práticas em relação aos diversos processos que acontecem no ambiente escolar. O momento avaliação é também ocasião de orientação para melhor organizar a tarefa de estudar do aluno.

A AVALIAÇÃO aqui aparece em 3 dimensões.

- Avaliação enquanto valorização do trabalho educativo.

- Avaliação enquanto um ato de cuidado, de respeito e de atenção. Avaliação que se revela enquanto ACOMPANHAMENTO do aluno, do professor e do currículo, feitos em profunda parceria com os gestores escolares e com a comunidade.

Tal sentido de avaliação acompanha e atravessa os demais tópicos de prioridades pedagógicas a serem desenvolvidas na rede. O ACOMPANHAMENTO vai se desmembrar em algumas ações planejadas, monitoradas e validadas pela Secretaria Municipal de Educação. Neste sentido a avaliação se constitui em avaliação PARA a aprendizagem. Ela é um conjunto de ações pedagógicas para gerar, organizar, orientar, ampliar as situações de aprendizagem.

OS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Prova Brasil será o instrumento principal de avaliação geral e externa da Rede e das escolas e será objeto de análise pelo corpo pedagógico que extrairá os elementos para o diagnóstico destinado às melhorias das atividades de sala de aula, para orientação dos alunos, para o planejamento das ações de formação assim como para possíveis reorientações curriculares.

Avaliações com finalidade diagnóstica serão elaboradas com frequência bimestral, além de outras que serão organizadas pela própria escola, sob coordenação da Secretaria Municipal de Educação, o que permitirá correções rápidas de rumo assim como programas de apoio pedagógico complementar eficazes e acompanhamento personalizado dos alunos.

O DIREITO À ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Destaca-se, como projeto de urgência desta gestão, o atendimento à alfabetização com qualidade social e dentro do Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa. Plano de caráter nacional, tem um conjunto de propostas que avançam prática e conceitualmente com relação aos objetivos de aprendizagem. As suas bases teóricas e conceituais apoiam-se na ideia de Direito à aprendizagem que, para além da clareza sobre o que se espera do aluno e de seu desempenho, considera principalmente a aprendizagem como um direito humano do aluno e um dever da sociedade e do Estado. Sendo assim, são definidos neste Pacto, os elementos curriculares estruturantes desse direito assim como as metodologias e os procedimentos objetivos para sua realização.

Será referência para os programas da Secretaria Municipal de Educação o material presente no documento Elementos Conceituais e Metodológicos para Definição dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do Ensino Fundamental. Tal material está sendo analisado pelo Conselho Nacional de Educação para amplo debate público e para futura normatização.

No bojo dessa fundamentação, os ciclos serão repensados para que tenham a eficácia esperada e proposta há tantas gestões atrás, como foi a ideia de Paulo Freire, instaurador do sistema de ciclos na SME, que em nada se assemelha à enganadora forma de aprovação automática.

Defendemos, dentro do cenário apresentado, a concepção de infância como um universo singular desta aprendizagem, tendo o currículo e o ciclo contínuo de aprendizagens como viabilização de um Direito Humano.

O CURRÍCULO, AS DISCIPLINAS E SUA INTEGRAÇÃO

A perspectiva do trabalho com o currículo – na totalidade dos 9 anos de estudos fundamentais – é a de que as disciplinas se integrem para a formação de todas as habilidades e valores necessários à educação integral e humanizadora do jovem e do adulto. Focar nesta ou naquela área do conhecimento representa o risco de, em nome da urgência ou da precisão de habilidades, se perderem os valores e a riqueza do que significa o conhecimento reflexivo, valorativo e crítico e não meramente instrumental. Sendo assim, os currículos contemplarão, como preveem as resoluções do CNB/CEB 4/2010, o ensino da Língua Portuguesa, da Matemática assim como o conhecimento do mundo físico natural, da realidade social e política, especialmente do Brasil, incluindo o estudo da História e das culturas Afro-brasileira e Indígena, a Arte, incluindo a música, a Educação Física, interrelacionando-os, como desafio pedagógico e curricular por excelência.

Duas disciplinas, em seguida apresentadas, e um olhar sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, foram aqui escolhidas para designar este enfoque integrador. As demais áreas de conhecimento e disciplinas serão objetos de nosso trabalho nas reorientações curriculares nas regionais, nas unidades escolares assim como centralizadamente. Aqui cabe apenas evidenciar o tratamento interdisciplinar e amplo a que serão submetidos todos os componentes curriculares.

FALAR / OUVIR E LER / ESCREVER NA ESCOLA BÁSICA

Porque somos seres de linguagem; porque o homem é palavra, a linguagem não é apenas ferramenta ou instrumento de conhecimento. É mais

que isto. A linguagem é constitutiva da própria condição de existirmos, como sujeitos históricos.

Assim também, na escola, o sujeito que aprende a falar/ ouvir, ler/ escrever não é apenas o sujeito da informação, mas é o sujeito da experiência, da interação com o outro que, ao viver, práticas de linguagem que lhe dizem respeito, na direção de se compreender e de compreender o mundo, reflete também sobre as práticas, para participar da reconstrução dos sentidos da vida.

Desta maneira, ler ultrapassa o mero decifrar porque exige do leitor a compreensão do que lê, tendo claras as finalidades e os diferentes modos de ler na sociedade, para experienciar situações de leitura na escola, que façam sentido.

Quanto às práticas de produção textual (oral ou escrita), as intencionalidades de quem escreve ou fala e todo o contexto de produção constituem o processo de escrever ou de falar: para que se escreve ou se fala? Quem escreve ou fala; para quem escreve ou fala? Sobre o que e como se vai escrever ou falar? São questões que definem o projeto de escrita ou de fala.

Já se tem procurado ultrapassar a concepção de que o conhecimento técnico é suficiente e que saber usar a língua diz respeito apenas à sua, maior ou menor, eficácia. Contudo, ainda não se chegou, mais fortemente, a práticas de linguagem na escola que expressem as relações estreitas entre usos e reflexões sobre os usos; bem como não se chegou ainda em um ensino e uma aprendizagem, numa perspectiva política e crítica (práxis).

Em relação às práticas de linguagem, anteriormente referidas, o grande desafio é constituir a escola como, de fato, espaço de leitura dos textos do mundo e de produção textual que envolva os estudantes, como sujeitos, e que amplie suas referências culturais, éticas, estéticas, na relação, inclusive, com as novas tecnologias, em franca e vertiginosa expansão, no mundo contemporâneo.

CULTURA, HISTÓRIA, ESPAÇO, CORPO, MATEMÁTICA E LÍNGUA MATERNA, CIÊNCIAS.

A linguagem é instrumento de comunicação em qualquer campo do conhecimento, mas na Matemática, na Língua Portuguesa, nas Ciências e nas Artes a linguagem, especialmente a escrita, absorve boa parte do trabalho educacional. Para aprender as disciplinas é necessário um contato íntimo e pessoal com o ato e a habilidade de ler, de falar, de observar, de desenhar, de experimentar, de testar e de escrever.

A Matemática é, sem dúvida, um instrumento poderoso de comunicação e não apenas ferramenta de resolução de problemas. Com seus recursos variados de notação, que incluem algarismos, letras, tabelas, gráficos, desenhos, e, entre outros elementos, a oralidade, é possível representar ou explicitar conceitos, estabelecer relações entre conceitos ou fatos, e conduzir à exploração e à previsão de resultados, bem como à interpretação e possível interferência na realidade. Tais habilidades são requeridas em todas as demais áreas de conhecimento trabalhadas no currículo escolar.

Diante dos fenômenos da natureza, em busca da compreensão que leva à reflexão e ao estabelecimento de relações entre eles, o homem formula hipóteses e estrutura modelos que possam representá-los. As representações, em ciências, destinam-se a descrever fenômenos da realidade — ou alguns de seus aspectos — qualitativa ou quantitativamente.

Em Matemática, nas Ciências, nas Artes e em Língua Portuguesa há uma identidade que é objetiva. Suas linguagens existem quando são manipuladas, mas também quando não o são, como possibilidades inesgotáveis de uso. Tais linguagens estão entre as pessoas e fazem parte de quem elas são. É possível contar um fato histórico do percurso do conhecimento matemático sob muitos pontos de vista, pois

Questões para o debate Bloco IV

1. Os professores terão acesso à formação continuada e em nível de pós-graduação, pela primeira vez oportunizada pela UAB. Como socializar os conhecimentos produzidos, a partir dos estudos e pesquisas realizados, nessas ações de formação?
2. As escolas terão possibilidade de formação à distância e a realização de um trabalho pedagógico inovador com as tecnologias da informação. Como as experiências e conhecimentos acumulados pela escola, em relação ao trabalho pedagógico com as tecnologias, pode consolidar o papel de autor, do professor na organização de suas aulas e na socialização de novas propostas com a RME?
3. Muitas escolas já desenvolvem importantes projetos sobre igualdade de gêneros de raças e combate à discriminação. Que propostas poderiam concorrer para a divulgação das práticas e dos conhecimentos acumulados pelas escolas e para o aprofundamento das discussões sobre esses projetos?
4. O MEC dispõe de muitos Programas de formação, aos quais os profissionais da Rede terão acesso. Como os materiais produzidos nessas ações de formação poderiam ser contribuir para a reflexão e enriquecimento das práticas curriculares?

Questões para o debate Bloco V

1. Como você acha que um Programa de formação deve atuar para que não venha a reforçar uma concepção muito restrita de alfabetização, conferindo menor valor a outros componentes do currículo, como: Arte, Educação Física, entre outros?

Questões para o debate Bloco VI

1. As escolas serão ouvidas e atendidas, quanto às suas necessidades para contemplar projetos específicos, que envolvam práticas diferenciadas com as diferentes linguagens; em relação à formação; a materiais, equipamentos, que venham a ampliar possibilidades expressivas aos alunos. Como você acha que isso poderia ser feito?

Questões para o debate

Bloco VII

- 1. A maior frequência de situações de avaliação do aluno possibilita um acompanhamento mais sistemático, porém há o risco de se conferir aos instrumentos de avaliação mais valor do que aos demais processos que ocorrem na escola e na aula. Como se pode escapar de tais equívocos?*
- 2. As avaliações externas vêm recebendo muitas críticas dos educadores, pois, muitas vezes, só culpabilizam o professor pelos baixos desempenhos dos alunos. Como se fazer para que as avaliações não continuem a servir a tais propósitos?*
- 3. As avaliações também são utilizadas para mensurar e para reprovar. Pode haver valor pedagógico em medir e reprovar?*

Questões para o debate

Bloco VIII

- 1. Será de fato que o trabalho interdisciplinar é garantia de qualidade do trabalho pedagógico?*
- 2. A perda das características das disciplinas não tem trazido apenas uma diluição das competências de cada área do saber? E com isso o trabalho do professor também fica diminuído e rarefeito?*
- 3. Muitas escolas já possuem Projetos Político-Pedagógicos voltados ao trabalho interdisciplinar e de muito boa qualidade. Como se poderia divulgar as boas práticas já existentes?*

Questões para o debate

Bloco IX

- 1. A escola deverá ter mais autonomia para a manutenção/substituição e mesmo aquisição de equipamentos tecnológicos, dada a importância que terão nos processos de formação dos professores e aprendizagem dos alunos. Você conhece práticas que mostrem que tal autonomia funciona?*
- 2. Os equipamentos serão atualizados e atenderão às necessidades de uso das escolas a partir de seus planejamentos e de seu PPP. Por que há tanta distância entre as escolas e a qualidade dos equipamentos?*

ele é inesgotável e irrecuperável por ser passado, mas é narrativa importantíssima para mostrar os recursos usados pela humanidade ao longo de sua história.

A identificação da Matemática como linguagem procura pontos de semelhança e de complementaridade com a Língua Portuguesa, com os fenômenos estéticos e históricos, com as investigações científicas seja em manifestações orais, gráficas ou escritas. É tão significativo usar a escrita como código representativo quanto levar em conta a oralidade, instrumento básico em atividades nas quais o aluno necessite explicitar seu conhecimento prévio de determinado assunto, nas vivências em situações lúdicas, nas pesquisas sociais, científicas ou afetivas ou seus movimentos corporais.

Usar, em certas circunstâncias, uma linguagem não formal não exclui, e até facilita, a aquisição da linguagem específica da Matemática. A escrita não é uma transcrição fiel ou completa da fala e não pode ser considerada superior, uma vez que depende dela para vir a ser. Convém lembrar que existem culturas orais altamente sofisticadas, como foi a grega até o século VII a.C.

O ensino da Matemática, como das demais ciências, também se vale de metáforas, enredos e alegorias para que alguns conceitos sejam mais facilmente aprendidos, que ocorrem, muitas vezes, em ligações internas, nem sempre explicitadas.

É a partir do mais próximo que é possível alcançar o mais remoto, e o uso da metáfora pode ser o meio de navegação. Também o encadeamento de perguntas, na qual é essencial o uso adequado da língua materna, a cultura e as ciências, traz representações mentais e conexões entre conceitos conhecidos. Pensar em metáforas e perguntas encadeadas insere-se no conceito da construção do conhecimento em rede.

O uso de recursos metafóricos pode trazer a sensação de magia, beleza ou habilidade de fazer parecer natural o que na realidade não é, como é visível nas obras de M.C. Escher, criador de imagens habilmente projetadas e que, à primeira vista

parecem plausíveis, mas que mostram, com encantamento, impossibilidades reais.

Em Matemática, nas Ciências da Natureza, nas Artes, nos Estudos Sociais a narrativa tem o papel de minimizar a sensação de impessoalidade e de aumentar o repertório para algumas realizações do sujeito que aprende. Partir, por exemplo, da história da Matemática, das Ciências, das Artes, com os recursos dos problemas de época, não apenas de maneira factual, mas de resgate de formas de solucionar problemas, visando ultrapassar as questões do conhecimento ao evidenciar os conhecimentos de outras culturas. Tratar a história da Matemática, por exemplo, como parte viva do acervo da humanidade, significa deitar um olhar integrador e interdisciplinar sobre o ato de aprendê-la.

Transportando para a sala de aula as ideias expostas, vale questionar sobre quais maneiras o professor dispõe para explicitar para os alunos as relações entre a linguagem matemática, as ciências a cultura, a corporeidade dos alunos e a língua materna. A busca por respostas conduz ao estímulo à leitura de textos narrativos, ao movimento físico e à oralidade que se expressa na defesa de argumentos para validar hipóteses que envolvam conceitos científicos, artísticos ou lógicos, por exemplo, e à escrita, que garante sua perpetuação e divulgação.

AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – COMO LINGUAGEM, COMO CULTURA, COMO DIREITO, COMO FATOR DE EMANCIPAÇÃO

A autoria na cultura digital: direitos de aprendizagem

As mudanças nas organizações sociais e nas relações pessoais foram aceleradas nos últimos anos, principalmente pelos avanços científicos e tecnológicos que, juntamente com as transformações sociais e econômicas, revolucionaram as formas de nos comunicarmos, nos relacionarmos com as pessoas, com os objetos e com o mundo. Encur-

tam-se as distâncias, expandem-se fronteiras, o mundo fica globalizado, aceleram-se os tempos. Na esteira da economia o mundo torna-se plano para as comunicações e para a educação como sua parte integrante.

Vivemos na era da conexão. Muitos manifestam a necessidade de conexão permanente com o celular ligado, com o e-mail aberto, pronto para receber, enviar ou comentar qualquer notícia. A escola sofre tal pressão e a ela não pode se omitir para enfrenta-la dentro de seus objetivos. Qual sua tarefa neste contexto?

Estar e ser conectado pode ser considerada uma condição à inclusão na contemporaneidade, constituindo-se como um dos princípios essenciais da democracia e da economia partilhada nas sociedades: um direito!

A tecnologia prevê infraestrutura e dispositivos, o suporte para cultura digital e para a comunicação, mas é seu modo de uso que faz a diferença. A cultura digital, por sua vez, não é conceituada pelo determinismo tecnológico, mas emerge como consequência do intenso uso e apropriação social dessas tecnologias, no tecido da vida cotidiana.

Ambientes virtuais colaborativos permitem tornar visíveis o pensamento e a aprendizagem dos alunos, e mais que isso, permitem que um professor veja a prática de outros professores; como outros propõem atividades, como envolvem os alunos e que intervenções fazem. Nesse contexto de valorização e compartilhamento de práticas verificam-se novas habilidades docentes – uso de rotinas de pensamento, avaliação por rubricas, aprendizagem por projetos – que são incorporadas nas práticas pedagógicas.

O uso das tecnologias da informação e comunicação pode imprimir na educação tanto a “modernização” como a “mudança”: ou a simples modernização ilusória e modista ou a mudança de relações sociais na direção de uma sociedade de fato democrática e participativa. A mudança

pedagógica está relacionada com raízes mais profundas na educação e de novos paradigmas educacionais – com uma mais humana concepção de sociedade. Deve-se juntar a tal conceito de mudança o seu compromisso com alterações profundas nas plataformas políticas da sociedade como a democracia e a justiça social. As mudanças sociais que vêm se operando no mundo não se realizam pelas tecnologias como muitos creem, mas não se operam sem elas. São condições e não suas causas.

A integração das tecnologias ao fazer pedagógico demanda ir além do acesso aos computadores, ao domínio operacional das ferramentas tecnológicas e de suas possibilidades para a educação, mas que a escola faça a leitura do mundo de forma crítica, o interprete e “lance sobre ele suas palavras”, buscando trazer o contexto de Paulo Freire para os dias atuais. No cenário da cultura digital, lançar sobre o mundo suas palavras pode ampliar as possibilidades de conferir voz ao professor e aluno e, por meio da expressão de suas vozes, possibilitar a autoria e empoderá-los.

Trata-se de democratizar o acesso e a expressão da voz dos professores e alunos por meio das tecnologias e, a um só tempo, integrá-las ao currículo e oportunizar o processo de apropriação social da tecnologia e seu uso crítico e inovador. Como poderia a cultura digital provocar mudanças no currículo?

Na educação emergem novas práticas a partir das potencialidades das tecnologias: são portais de conhecimento, ampliação da “lição de casa”, educação à distância, expansão da sala de aula, redes sociais, simulações, ambientes virtuais de aprendizagem e as demais ferramentas e recursos, entre outros, os atuais suportes à inovação educacional. Parte significativa do trabalho de recuperação e atendimento a alunos pode ser disponibilizado online e com acompanhamento de professores especializados.

É importante destacar que o foco do trabalho pe-

dagógico com ela não dado à tecnologia em si.

Evidencia-se, portanto, que as tecnologias podem diminuir e tornar fluidas as fronteiras de comunicação entre a escola, a casa e o trabalho, uma interferindo e influenciando na outra.

No âmbito pedagógico, computadores nas mãos dos alunos, embora não gerem aprendizagens espontâneas, descortinam inúmeras possibilidades para o processo de ensino e aprendizagem, porém, essa utilização deverá ser articulada com a formação dos professores e gestores escolares.

A integração das tecnologias na escola provoca, de imediato, alterações no cotidiano escolar: são necessárias instalações de infraestrutura para conexão sem fio; acesso à internet em banda larga, locais para armazenamento; método e locais para carregamento dos laptops; segurança dos equipamentos; suporte técnico e estrutura para manutenção dos equipamentos dentre outras providências de ordem organizacional e estrutural. Num primeiro momento a tecnologia toma a cena e ao ultrapassar esses obstáculos, a escola aprofunda seu uso pedagógico.

Interpretar o mundo e colocar suas palavras nele, no caso do mundo digital, alcança um significado mais ampliado, pois os espaços públicos do mundo digital podem alcançar o mundo todo: um Direito da aprendizagem.

DIÁLOGO E LIBERDADE COMO PRINCÍPIO E FUNDAMENTO

Este texto se encerra, provisoriamente, com a declaração do nosso compromisso permanente de diálogo com as unidades educacionais e todos os seus integrantes, diálogo esse baseado na concepção de autonomia e empoderamento da escola – liberdade com responsabilidade - elementos fundantes da educação que queremos. Tal diálogo faz parte de uma construção coletiva da Educação de nossa cidade.

São Paulo, 17 de abril de 2013.

Desconstruída nas últimas décadas, a aula tem sido apontada, tanto pela "esquerda" como pela "direita" (entre aspas mesmo) como a grande vilã das mazelas do nosso sistema educacional.

Para muitos, ela é pasteurizadora (não considera os diferentes tempos de aprendizagem dos alunos), autoritária (o conhecimento é transmitido de cima para baixo), elitista (nivela por cima, segregando os alunos que não conseguem acompanhá-la) e, nas visões mais "moderninhas", aborrecida, desestimuladora, pouco participativa.

O resultado das dúvidas e incertezas quanto ao papel da aula e, por consequência, do professor, é que muitas vezes os cursos acabam sendo um conglomerado de atividades que, vistas isoladamente, podem até ser atraentes e de bom conteúdo, mas que, no seu conjunto não garantem a formação do aluno dentro das expectativas curriculares e das competências desejadas para ele.

Resgatar o sentido original da aula, sua estrutura essencial e função no processo pedagógico é, mais do que uma contribuição, uma obrigação de todos os educadores empenhados no processo de melhoria contínua do ensino público.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
EDUCAÇÃO